

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2016/2017**



TII

**A CRISE NA UCRÂNIA, A NOVA POSTURA RUSSA, ALTERAÇÕES
GEOESTRATÉGICAS E CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL.**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Rui Pedro Hipólito Martins
PRIMEIRO-TENENTE**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A CRISE NA UCRÂNIA, A NOVA POSTURA RUSSA,
ALTERAÇÕES GEOESTRATÉGICAS E
CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL.**

PRIMEIRO-TENENTE, Rui Pedro Hipólito Martins

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M

Pedrouços 2017



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A CRISE NA UCRÂNIA, A NOVA POSTURA RUSSA,
ALTERAÇÕES GEOESTRATÉGICAS E
CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL.**

PRIMEIRO-TENENTE, Rui Pedro Hipólito Martins

Trabalho de Investigação Individual do CPOS-M

Orientador: CTEN M Paulo Alexandre da Silva e Costa

Coorientador: CFR M Nuno Manuel Gomes Sousa Rodrigues

Pedrouços 2017



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Rui Pedro Hipólito Martins**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**A CRISE NA UCRÂNIA, A NOVA POSTURA RUSSA, ALTERAÇÕES GEOESTRATÉGICAS E CONSEQUÊNCIAS PARA PORTUGAL**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CPOS-M 2016/2017** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas. Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **19** de junho de 2017

Rui Pedro Hipólito Martins
Assinatura



Agradecimentos

Após a conclusão do presente trabalho de investigação, gostaria de realçar os valiosos contributos, reflexões e opiniões prestados por diversas pessoas a quem desejo prestar os meus sinceros agradecimentos.

Ao meu Orientador, CTEN Silva e Costa, o meu agradecimento pela sua pronta disponibilidade e sugestões veiculadas durante a orientação da investigação, sempre muito válidas e oportunas.

Ao meu coorientador, CFR Sousa Rodrigues, o meu muito obrigado pela pronta disponibilidade, colaboração, motivação e pela preciosa ajuda na correção do trabalho.

Ao CMG Silva Ribeiro, pela troca de ideias, partilha de saberes e propostas transmitidas sobre este tema, muito válidas e apropriadas.

Aos meus camaradas do CPOS, em especial ao 1TEN Bravo da Guia, pela paciência que teve em me ouvir falar sobre este tema, e pelo apoio manifestado. Uma palavra especial ao 1TEN Pereira da Costa, pela sua opinião e conhecimento sobre o tema, fruto da sua experiência.

Finalmente, à minha família pelo apoio e compreensão.



Índice

Introdução.....	1
1. A Crise na Ucrânia – enquadramento	6
1.1. Antecedentes da Crise.....	6
1.2. Dos protestos de Euromaidan à anexação da Crimeia.....	6
1.3. Conflitos no Leste da Ucrânia	6
1.4. A Ucrânia e as relações com a OTAN.....	8
1.5. Síntese conclusiva.....	9
2. As posturas dos atores do Sistema Internacional.....	11
2.1. OTAN	11
2.2. UE.....	13
2.3. Rússia.....	15
2.3.1. Estratégia económica russa através do instrumento energia	16
2.3.2. Estratégia militar russa através de uma nova doutrina	18
2.4. Síntese conclusiva.....	21
3. As consequências para Portugal	23
3.1. Consequências ao nível da estratégia Económica.....	23
3.2. Consequências ao nível da estratégia Militar	24
3.3. Síntese conclusiva.....	26
Conclusões.....	27
Bibliografia.....	29

Índice de Apêndices

Apêndice A - Conceitos.....	Apd-A-1
Apêndice B - Antecedentes da Crise	Apd-B-1
Apêndice C - Dos protestos de Euromaidan à anexação da Crimeia	Apd-C-1

Índice de Figuras

Figura 1 - Distribuição dos dialetos.....	6
Figura 2 - Linha fronteira com o Ocidente	7
Figura 3 – Estrutura do NRC.....	11



Figura 4 - Nord Stream 2 a indicado a vermelho	13
Figura 5 - Mapa geopolítico das grandes interdependências regionais do comércio do gás natural	14
Figura 6 – Preço do petróleo vs. história política Soviética/Russa	17
Figura 7 - Fronteira da Ex-URSS	18
Figura 8 - Participação Nacional em Missões Internacionais	25
Figura 9 – Evolução do Território Ucrainiano	Apd-B-2
Figura 10 - Eleições presidenciais 2010	Apd-B-3
Figura 11 - Mapa da Invasão da Crimeia	Apd-C-2
Figura 12 - População da Crimeia	Apd-C-2

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Objetivos Específicos	3
Tabela 2 – Questão Central, Questões Derivadas.....	4



Resumo

O impacto da atual crise na Ucrânia, e a ação da Rússia, sobre a estabilidade do atual Sistema Internacional, pretendeu-se, constatar a existência de consequências para Portugal, pelo seu vínculo às organizações União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte. Tendo a Rússia perdido a sua influência no Sistema Internacional logo após o fim da Guerra Fria, atualmente pretende voltar a ser um ator internacional com relevância e recuperar o estatuto de Grande Potência. Na Ucrânia, através da anexação da Crimeia em 2014 e do apoio aos separatistas no conflito a Leste, os russos impulsionaram alterações ao nível das estratégias militar e económica das organizações ocidentais.

O estudo recorreu à consulta de toda a documentação intrínseca ao enquadramento do tema, tais como, bibliografia, documentação gerada em conferências relevantes e alusivas à matéria, periódicos e outra documentação relevante.

Da investigação realizada, conclui-se que, o grande impacto da crise na Ucrânia foram as alterações nas estratégias militar e económica das organizações União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte. O reforço militar, por parte da OTAN, nas fronteiras dos Aliados com a Rússia e o conseqüente aumento do empenhamento em missões de segurança cooperativa pelas Forças Armadas Portuguesas, demonstram as alterações da estratégia militar desta organização, face às últimas duas décadas. No caso da União Europeia a sua segurança energética e independência do gás natural russo, revelou ser de extrema importância e de resolução breve, tendo Portugal a localização geoestratégica ideal, as infraestruturas e as ligações diplomáticas, por forma a estreitar as relações com os novos fornecedores de gás natural no mundo e assim contribuir como membro europeu.

Palavras-chave

Sistema Internacional, Geoestratégia, Crise, Estratégia Militar, Estratégia Económica, Segurança Cooperativa, Rússia, OTAN, UE, Portugal, GNL, Crise, Ucrânia





Abstract

The impact of Ukraine Crisis, and Russia's action, on the stability of the current International System, was intended to note the existence of consequences to Portugal, because of his membership to the organizations European Union and North Atlantic Treaty Organization. Russia, lost her influence in the International System shortly after the end of the Cold War, intends to return to being a relevant international actor and regaining the status of Great Power. In Ukraine, by annexing the Crimea in 2014 and supporting the separatists in the Eastern conflict, the Russians pushed for changes in the military and economic strategy of Western organizations.

The study pursued to consult all the documentation that is intrinsic to the theme, such as bibliography, documentation generated at relevant conferences, periodicals and other pertinent documentation.

From the research, it is concluded that the major impact of the Ukraine crisis was the significant changes in the military and economic strategies of the organizations North Atlantic Treaty Organization and European Union. NATO's military reinforcement on the borders of the Allies with Russia and the consequent increase in the commitment in the cooperative security by the Portuguese Armed Forces, demonstrate the changes in the military strategy of this organization, compared to the last two decades. In the case of the European Union, its energy security and independence from Russian natural gas has proved to be extremely important and of short resolution, with Portugal having the ideal geostrategic location, infrastructure and diplomatic links, to strengthen relations with new suppliers of natural gas in the world and therefore contribute as a European member.

Keywords

International System, Geostrategic, Crisis, Military Strategy, Economic Strategy, Cooperative Security, Russia, NATO, EU, Portugal, LNG, Crises, Ukraine



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
DPR	<i>Donetsk People's Republic</i>
EAEC	<i>Eurasian Economic Community</i>
EUA	Estados Unidos da América
FND	Forças Nacionais Destacadas
GNL	Gás Natural Liquefeito
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IEA	<i>International Energy Agency</i>
IUM	Instituto Universitário Militar
LPR	<i>Luhansk People's Republic</i>
MAP	<i>Membership Action Plan</i>
NAC	<i>North Atlantic Council</i>
NRC	<i>NATO-Russia Council</i>
NRF	<i>NATO Response Force</i>
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEV	Política de Vizinhança da União Europeia
PIB	Produto Interno Bruto
PJC	<i>Permanent Joint Council</i>
SI	Sistema Internacional
SNMG1	<i>Standing NATO Maritime Group 1</i>
TII	Trabalho de Investigação Individual
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VJTF	<i>Very High Readiness Joint Task Force</i>



Introdução

A atual crise na Ucrânia está enraizada em decisões tomadas muito antes dos protestos de 2013/14, do atual conflito a leste e/ou da anexação da Crimeia. Para entender plenamente o que provocou uma das graves crises do nosso tempo, é necessário e devemos considerá-lo como uma consequência de eventos que ajudaram a moldar o curso do século XX e XXI, primeiro a Conferência de Yalta¹, em fevereiro de 1945, ou a Cúpula de Malta², em 1989 como exemplos. Como refere Richard Sakwa (2015), “Embora fossem muito diferentes em substância e contexto histórico, ambas procuraram produzir uma ordem de segurança europeia mais estável. A crise ucraniana é apenas o último sintoma da incapacidade a longo prazo de conciliar os vários interesses no continente europeu.”

Desde o fim da Guerra Fria, tem existido, por parte das organizações e países ocidentais, uma aproximação aos países da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), como por exemplo Montenegro, que em junho de 2017 tornou-se aliado da NATO, legitimada com o argumento de que pode estar em causa a segurança da Europa. Com esta aproximação, continuou a existir uma política de contenção para com a Rússia, como existira com a ex-URSS. Esta desinteresse por parte do Ocidente, veio incendiar ainda mais o sentimento anti ocidente no povo russo, dando ao governo russo força na aplicação de iniciativas contrárias aquelas praticadas a oeste.

Percebendo o declínio do poder soviético, os Estados Unidos da América (EUA) e os países da União Europeia (UE), aproveitaram a oportunidade para fortalecer o seu domínio, através da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). O padrão da política pós-Guerra Fria foi estabelecido e as condições foram criadas, até que por último despontou a Ucrânia.

A Ucrânia, desde a sua independência, tem aproveitado a sua posição geográfica para tirar ganhos da Europa e dos EUA e desta forma equilibrar a influência russa. Mas o Ocidente tem igualmente tirado proveito, como é exemplo a chamada Política de

¹ A Conferência de Yalta aconteceu na cidade russa na Crimeia, em 1945, durante a Segunda Guerra Mundial e contou com a presença do então presidente dos EUA, Franklin D. Roosevelt, do primeiro-ministro britânico Winston Churchill e do primeiro-ministro soviético, Joseph Stalin. Discutiram o futuro da Alemanha, da Europa Oriental e sobre as Nações Unidas. Concordaram que os futuros governos dos países da Europa Oriental que faziam fronteira com a União Soviética deveriam ser "amigáveis" com o regime soviético, enquanto que os soviéticos se comprometiam a admitir eleições livres em todos esses territórios. (United States Department of State, 2017)

² Reunião a bordo de um navio, em águas de Malta, em 1989, entre Bush e Gorbachev, onde estes "enterraram a Guerra Fria no fundo do Mediterrâneo", como um dos funcionários da Gorbachev descreveu mais tarde. (United States Department of State, 2017a)



Vizinhança da União Europeia (PEV), sendo esta, uma estratégia comunitária através da qual se procura um estreitar de relações entre a UE e os seus vizinhos.

O facto de existir vontade em aderir à União Europeia (UE), não foi sinónimo de facilidades, isto devido à presença russa. Em 2010 foi eleito um presidente pró-russo, Yanukovich. Ao longo dos seus anos de governação, de 2010 a 2014, este político voltou a demonstrar os ideais de outros tempos, levando ao abandono do pré-acordo e dos requisitos definidos pela UE, optando pela ajuda financeira e a inevitável aproximação à Rússia, dando início então a protestos em 2013, que o retiraram do poder em 2014. Este episódio, entre outros acontecimentos, despoletou a “Crise na Ucrânia”, criando o momento mais tenso nas relações entre a Rússia e o Ocidente, desde o final da Guerra Fria. Ao nível da estratégia militar houve um reforço de meios e efetivos militares nas fronteiras com a Rússia por parte da OTAN e à suspensão das conversações OTAN-Rússia. Na mesma medida, a estratégia económica passou pela aplicação de sanções pela UE à Rússia e à preocupação da UE na revisão da sua política de segurança energética, tanto pela dependência do gás natural russo, como pela particularidade de ser efetuada uma das passagens por gasodutos em território ucraniano. As reações da OTAN e da UE trouxeram consequências para Portugal e para as suas estratégias militar e económica.

A atualidade e a importância para o Sistema Internacional (SI), foram os motivos para a escolha deste tema. Para a visão realista de Raymond Aron (1966) podemos definir SI como o “conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra generalizada”. Assim, com este trabalho de investigação, pretende-se analisar o impacto da crise na Ucrânia, e a ação da Rússia, sobre a estabilidade do atual SI, e desta forma, constatar a existência de consequências para Portugal, pelo seu vínculo às organizações UE e OTAN. Baseada na evolução dos acontecimentos, nos fatos, nos seus principais atores, procurou-se a informação necessária para ter bases fortes e robustas para a exposição e argumentação.

O objeto de investigação é a crise na Ucrânia, a sua influência na transformação do atual SI e as possíveis consequências para Portugal. Tendo em conta o objeto da investigação e a sua relevância face à atualidade, e dada a amplitude das estratégias integrantes, tornou-se necessário delimitá-lo. Será então delimitado ao período temporal decorrido desde a eleição de Víktor Yanukovich como presidente da Ucrânia (2010) até à atualidade, no entanto, o trabalho não deixará de abordar, mas de forma menos



aprofundada, os acontecimentos ocorridos na Ucrânia antes de 2010 para que exista um enquadramento das principais ocorrências.

No espaço geográfico existirá igualmente delimitação, sendo o território ucraniano, o suporte para o estudo.

Relativamente ao conteúdo, a investigação será delimitada à análise das estratégias Militar e Económica, conforme conceitos no Apêndice A, dos atores globais OTAN, UE, e Rússia, identificando um conjunto de ações decorrentes da aplicação de duas das quatro estratégias gerais que concorrem para a defesa dos interesses nacionais, consequentes dos acontecimentos na Ucrânia, e as possíveis consequências para Portugal.

As estratégias selecionadas foram consideradas como as mais influentes e em maior transformação e/ou reestruturação, possibilitando fundamentar melhor o estudo, examinando as interações e transversalidade entre os principais atores do objeto de investigação.

As estratégias Psicológica e Política definidas por Cabral Couto (1988), não serão analisadas neste Trabalho de Investigação Individual (TII), devido à sua abrangência e ao necessário balizamento das matérias e suas envolventes em estudo, podendo estas vir a ser alvo de dedicação em próximos trabalhos a serem desenvolvidos.

O objetivo geral (OG) da investigação é analisar a influência da crise na Ucrânia na transformação do atual SI, tendo em consideração os principais atores globais, e as possíveis consequências para Portugal.

Do desenvolvimento do OG, constituem-se os seguintes objetivos específicos (OE) descritos na Tabela 1:

Tabela 1 - Objetivos Específicos

OE1	<ul style="list-style-type: none">• Identificar a atitude da Ucrânia face à atual crise;
OE2	<ul style="list-style-type: none">• Identificar as posturas dos principais atores do SI para se afirmarem como atores internacionais, após a crise na Ucrânia;
OE4	<ul style="list-style-type: none">• Descrever as consequências para Portugal tendo em consideração a crise na Ucrânia.

Fonte: (Autor, 2017)

Na sequência do OG e dos OE, foi deduzida uma Questão Central (QC), da qual decorrem quatro Questões Derivadas (QD), conforme Tabela 2 abaixo indicada.



Tabela 2 – Questão Central, Questões Derivadas

Questão Central	
QC	<ul style="list-style-type: none">Em que medida a crise na Ucrânia, na sequência da Anexação da Crimeia e conflitos no Leste do seu Território, poderá funcionar como um catalisador específico para a estabilidade do atual Sistema Internacional?
Questões Derivadas	
QD1	<ul style="list-style-type: none">Qual a atitude da Ucrânia face à atual crise?
QD2	<ul style="list-style-type: none">Quais as posturas de alguns dos atores do SI para se afirmarem como atores internacionais, após a Crise na Ucrânia?
QD3	<ul style="list-style-type: none">Quais as consequências para Portugal tendo em consideração a crise na Ucrânia?

Fonte: (Autor, 2017)

O trabalho será organizado em conformidade com o estabelecido nas normas em vigor no Instituto Universitário Militar (IUM), para a realização e apresentação de trabalhos de investigação (IESM, 2015) e terá a seguinte organização: introdução, três capítulos relativos a cada um dos objetivos específicos e conclusões.

O processo de investigação assentou nos fundamentos estabelecidos no manual “Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação do IESM” (IESM, 2015). Como método, foi utilizado o Estudo de Caso. Assim, na sua Fase Exploratória, será realizada a consulta de toda a documentação intrínseca ao enquadramento do tema, tais como, bibliografia, documentação gerada em conferências relevantes e alusivas à matéria, periódicos e outra documentação relevante. Alcançada a problemática, e através de um raciocínio dedutivo, poderá definir-se a relevância do que deve ser ou não observado e, selecionar os dados e formular questões. Assim, foi formulada uma QC e três QD. Na fase seguinte, a Fase Analítica, recorreu-se a uma estratégia qualitativa, tendo como base a recolha de informação, procedendo à corroboração dos dados obtidos, da bibliografia e da documentação. Na última fase, a Fase Conclusiva, procedeu-se à formulação de conclusões e resposta à questão central, tentando garantir a introdução, ou não, de novos elementos que respondam às questões colocadas.

A Organização do estudo, tendo em consideração a estrutura e o conteúdo, foi estruturada de forma a responder às questões derivadas. Assim, o estudo foi dividido em três capítulos e nos respetivos subcapítulos.

No primeiro capítulo, é identificada a atitude da Ucrânia face aos acontecimentos que provocaram a atual crise, o que levou à anexação da Crimeia, os conflitos no leste do país. Para que fosse possível ter uma base consistente, para além do relato jornalístico credível e com relevância, foram igualmente tidos em consideração os trabalhos de investigações realizados em instituições nacionais como o IUM, o Instituto de Defesa Nacional (IDN),



bem como autores internacionais, de diferentes origens e etnias, que contribuem para instituições internacionais como são o caso da *Europe-Asia Studies*, ou o *Strategic Studies Institute United States Army War College*.

No segundo capítulo, são identificadas as prováveis posturas dos principais atores do SI, face à crise na Ucrânia, contra a postura russa e, conseqüentemente, os argumentos russos, de forma a entender o porquê das ações destes atores para ser perceptível e sejam identificadas as respetivas implicações para o SI. Em relação à OTAN foi utilizada a informação disponibilizada em página oficial. No caso da Rússia todo o enquadramento confere a informação disponibilizada nos seus *websites* oficiais, ou por informação recolhida e analisada pelos colaboradores de instituições credíveis e de renome. Para a UE, por exemplo, um estudo efetuado pela Fundação Luso-Americana, no qual existe o enquadramento teórico-conceitual das teorias de Mahan, Corbett, Spykeman, entre outros, e a forma como as suas doutrinas estão a ser empregues atualmente para o setor energético.

No terceiro capítulo, são descritas as conseqüências para Portugal tendo em consideração os atores internacionais relevantes para si. Para a estratégia militar, a informação é baseada nos conceitos doutrinários e nas missões nas quais as Forças Armadas estão empenhadas ao nível da OTAN. Relativamente à estratégia económica, o setor energético será a base de estudo, tendo em consideração a influência que geograficamente e diplomaticamente o país tem no futuro da segurança energética da UE.



1. A Crise na Ucrânia – enquadramento

Este capítulo pretende descrever os acontecimentos ocorridos na Ucrânia, por forma a enquadrar os factos que levaram o país a uma crise político-económica e às alterações nas suas Forças Armadas.

1.1. Antecedentes da Crise

Para que exista um enquadramento histórico da Ucrânia, procedeu-se à identificação dos antecedentes da Crise na Ucrânia, estando estes vertidos no Apêndice B.

1.2. Dos protestos de Euromaidan à anexação da Crimeia

No final de 2013 e em 2014, diversos e importantes acontecimentos ocorreram em território ucraniano. Desde os protestos pró-europeus, à controversa anexação da Crimeia, estarão enunciados no Apêndice C.

1.3. Conflitos no Leste da Ucrânia

Ao contrário do que aconteceu na Crimeia, a Ucrânia a leste tomou medidas para manter a sua integridade territorial.

Na região de Donbass surgiram milícias e apoiantes pró-russos que queriam realizar um referendo à imagem do que foi feito na Crimeia. A Leste a Ucrânia é bastante diferente do Oeste, uma das razões prende-se com o facto da maioria da população ser russófona e existirem ligações à Rússia. É possível verificar essa situação através da Figura 1, onde na região de Donetsk e da Crimeia se demonstra melhor esse facto.

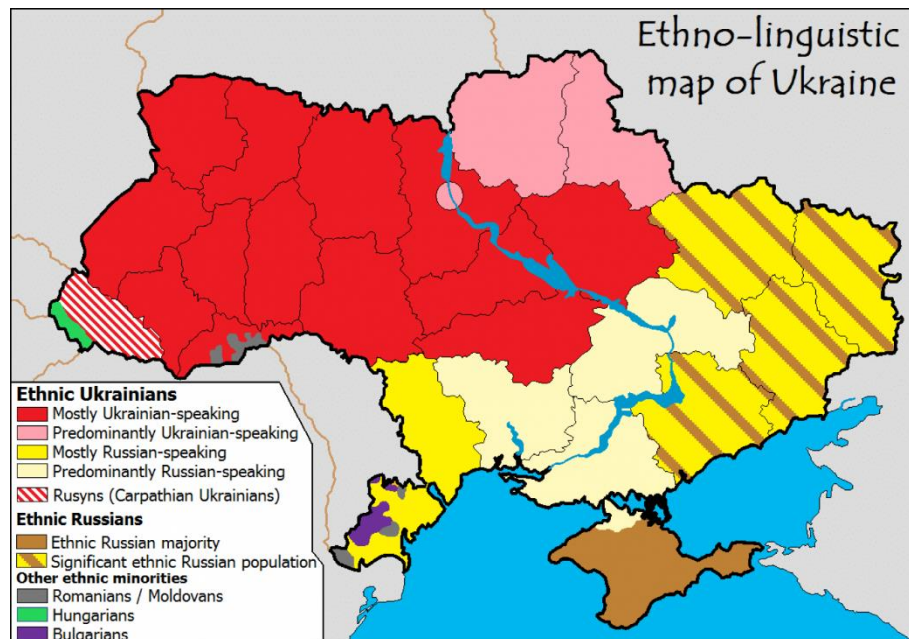


Figura 1 - Distribuição dos dialetos

Fonte: (Fisher, 2013)



A justificação russa para a anexação da Crimeia é fundamentada com o argumento da proteção de todos os russófonos espalhados pelo mundo, daí que, sempre que existiu uma região no mundo onde essas pessoas eram oprimidas, a Rússia interveio, como no caso da Geórgia. (Putin, 2005) Para Putin (2014d) o propósito é conceber a designada “Nova Rússia” nas regiões de Donbass e Crimeia.

A região de Donbass tem para a Rússia um interesse histórico e estratégico muito importante, prende-se com a imagem que a Rússia tem da Europa, uma planície do continente euroasiático. Muitos autores afirmam que para a Rússia existe uma linha de fronteira com o Ocidente, traçada de São Petersburgo a Rostov-do-Don, a qual abrange o leste da Ucrânia, conforme a Figura 2,. Esta tem sido a fronteira, ao longo da história, no entanto a Rússia avançou e recuou, dentro da península, ocupando ou influenciando outros países, tendo o seu apogeu ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, quando chegou ao interior da Alemanha. De referir que nunca nenhum país da península possuiu, de forma duradoura, territórios na Rússia, tendo Napoleão e Hitler tentado, mas foram vencidos. (Friedman, 2016)

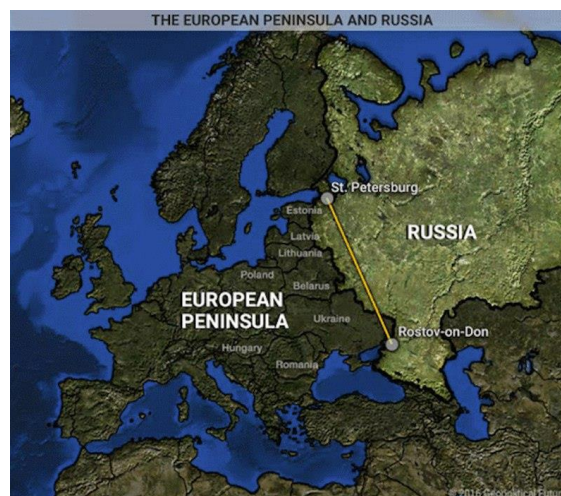


Figura 2 - Linha fronteira com o Ocidente

Fonte: adaptado de (Friedman, 2016)

Face ao conflito existente a leste, a Rússia tem anunciado a realização de exercícios militares junto à fronteira, justificando estar a preparar-se para qualquer escalar da situação. Estas movimentações da Rússia tiveram influência no desenrolar deste conflito a leste e na possível intromissão no apoio logístico aos movimentos separatistas pró-russos. Ao verificar o enfraquecimento dos movimentos pró-russos na região de Donbass, a Rússia aprovou, no seu parlamento, concentrar os seus militares junto à fronteira com o leste da Ucrânia, justificando que os russófonos da região poderiam estar em risco. (Luhn, 2014) A Ucrânia, face a este apoio não declarado e camuflado, não poderia lançar uma ofensiva



para restabelecer a ordem, pois daria à Rússia a justificação para iniciar a invasão do seu território. A Ocidente assistia-se a toda a situação fazendo apenas especulações sobre quais as próximas ações da Rússia. Com esta falta de reação das forças militares ucranianas, os edifícios governamentais começaram a ser tomados, o que começava a ser preocupante. Face ao escalar desta situação a Ucrânia decidiu intervir, não cometendo o erro da Crimeia e colocando em marcha uma operação militar. Esta operação ficou aquém do esperado, evidenciando falta de preparação das forças armadas ucranianas. Ao executar a intervenção militar, a Ucrânia correu o risco de a Rússia intervir e invadir o território ucraniano. (Holcomb, 2016)

Para tentar travar o escalar do conflito realizaram-se em Minsk, na Bielorrússia, as conversações entre o recém-formado governo ucraniano, a Rússia e os separatistas das autoproclamadas *Donetsk People's Republic* (DPR) e o *Luhansk People's Republic* (LPR). Após o acordo, as expectativas foram defraudadas, face ao não cumprimento do cessar-fogo imposto. Desta forma, o trabalho no terreno da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), que tem por missão assegurar o cumprimento do cessar-fogo e de eleições na região, saiu fracassado. (Sasse, 2016)

1.4. A Ucrânia e as relações com a OTAN

Para a adesão de novos aliados, a OTAN em 1999, havia criado o *Membership Action Plan* (MAP³), um programa concebido para os futuros Estados que pretendiam aderir à Aliança. Alguns dos antigos membros do Pacto de Varsóvia demonstraram interesse e já nesta altura, a Ucrânia começou a igualmente a trabalhar no processo do MAP, na esperança de conseguir obter a sua adesão. (Rice, 2016)

Embora a Ucrânia queira aliar-se à OTAN, Poroshenko (2015) admitiu, em entrevista a Fareed Zakaria na CNN, que “a Ucrânia ainda não está pronta para se tornar membro da OTAN, assim como a OTAN não está pronta para aceitar a Ucrânia, sem que esta cumpra com o MAP”.

As razões são fáceis de enumerar, já referidas anteriormente e bastante recentes: a queda do governo pró-russo de Viktor Yanukovich em 2014, a anexação russa da península da Crimeia, o aumento da violência com os separatistas, apoiados pela Rússia no leste da Ucrânia, a crise económico-financeira que o país atravessa, são alguns dos exemplos para o não cumprimento do MAP para a adesão à OTAN. Mas mesmo com todos

³ O *Membership Action Plan* (MAP) é um programa NATO de aconselhamento, assistência e apoio prático adaptado às necessidades individuais dos países que desejam aderir à Aliança. A participação no MAP não prejudica qualquer decisão da Aliança quanto à futura adesão.



estes acontecimentos, em setembro de 2015, Poroshenko anunciou a assinatura de mais uma declaração conjunta ao nível estratégico e de reforço da parceria técnico-militar entre a Ucrânia e a OTAN. (Stoltenberg, 2016)

Como refere Doug Bandow (2015) “Na verdade, a Aliança poderia ser contraproducente para Kiev. Sem dúvida, alguns ucranianos imaginam que a OTAN os protegeria de Vladimir Putin, recuperando o território perdido contra os separatistas apoiados pelos russos e recuperando igualmente a Crimeia. Em teoria, a aliança militar mais poderosa do mundo poderia fazê-lo. Mas se a consequência for uma guerra total, como era provável, seria um desastre para a Ucrânia.”.

Através da parceria com a OTAN, as Forças Armadas ucranianas tornaram-se mais fortes e fiáveis. A rápida profissionalização, a participação em exercícios multinacionais, a criação de Forças de Operações Especiais e a melhoria da interoperabilidade com as forças da OTAN conseguiram motivar a população a alistar-se nas Forças Armadas. Através do Gabinete de Reformas do Ministério da Defesa da Ucrânia e da agência *StratCom* Ucrânia, foi possível criar uma imagem credível, demonstrando organização e empenho. (StratCom Ukraine, 2016)

1.5. Síntese conclusiva

A Rússia tenta limitar a soberania e a independência ucraniana, afastando-a das instituições europeias e euro-atlânticas. A maioria dos ucranianos, que preferem aderir à OTAN e à UE, fazem-no por pretenderem que o seu país seja seguro económica e militarmente na Europa. Lidar com esta situação é um desafio para a política externa da Ucrânia. Independentemente das suas preferências em relação aos vínculos com a OTAN ou a UE, todas as forças políticas ucranianas, presumivelmente, querem proteger a soberania da tomada de decisão ucraniana.

Assim, de forma a responder à QD1, “Qual a atitude da Ucrânia face à atual crise?”, foi possível concluir que face à pressão russa contra o curso pró-europeu da Ucrânia, a atitude ucraniana deverá ter em consideração, em primeiro lugar, que não é o momento de ter um governo dividido e que todos os líderes e partidos ucranianos deveriam partilhar o interesse do governo em proteger o direito da Ucrânia em estabelecer o seu próprio curso de política externa. Em segundo lugar, o governo necessita fazer um estudo sobre a OTAN e ponderar as vantagens e desvantagens da adesão, baseado no que a OTAN é hoje e o que pode oferecer. Se alguns ucranianos, principalmente a Leste, continuarem a opor-se, a adesão será difícil, pois a OTAN nunca aceitará um país dividido. Em terceiro



lugar, o governo deve reduzir as vulnerabilidades, ou seja, pagar dívidas do setor energético a tempo, de modo a que os russos não tenham um pretexto para reduzir o fluxo de gás. Deverá então reforçar a sua segurança energética e deverá garantir que poderá servir de plataforma para um transporte fiável e transparente de energia para a Europa, reduzindo a sua exposição às pressões energéticas russas e podendo tornar-se uma parte indispensável ao futuro energético da Europa.



2. As posturas dos atores do Sistema Internacional

Neste capítulo pretende-se identificar as posturas dos principais atores do SI envolvidos ou, de certa forma, com relevância na Crise na Ucrânia, assim como identificar as estratégias militar e económica delineadas e promovidas por este acontecimento.

2.1. OTAN

Após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, a OTAN e a Rússia encontraram-se alinhadas numa questão importante: ambos os países encaravam o terrorismo extremista islâmico como uma ameaça. Em resposta, a OTAN adaptou o Conselho Conjunto Permanente (PJC) no novo *NATO-Russia Council* (NRC), dando à Rússia mais colaboração na política da OTAN. Infelizmente, o NRC mostrou-se pouco mais capaz de melhorar as relações da OTAN com a Rússia do que o PJC. (NATO, 2002)



Figura 3 – Estrutura do NRC

Fonte: (NATO, 2002)

Em 2014, na Cimeira de Gales, os aliados haviam-se reunido poucos meses após os acontecimentos na Ucrânia. Passados três anos, a OTAN lida com uma situação de segurança mais complexa e dinâmica, a sul e a leste das fronteiras dos Aliados. Durante a cimeira de Varsóvia, os líderes foram confrontados com uma variedade de desafios sem precedentes. Depois dos desafios enfrentados nas últimas décadas, após o fim da Guerra Fria, a OTAN, como aliança de segurança preponderante do mundo, está novamente num ponto de viragem estratégico. (Stoltenberg, 2015)

Stoltenberg (2015), no relatório anual da OTAN de 2014, afirma que “O ano de 2014 foi um ano negro para a segurança europeia, durante o qual o ambiente de segurança europeu mudou radicalmente. A Leste, a Rússia utilizou força militar para anexar a



península da Crimeia, desestabilizar o leste da Ucrânia e intimidar os seus vizinhos. Estas ameaças põem em causa a ordem internacional construída desde a queda do muro de Berlim”, desencadeando assim um processo de adaptação da Aliança a uma nova situação de segurança. Em 2014, o *North Atlantic Council* (NAC) (2015) em comunicado transmite a posição da OTAN, afirmando que “as ações contra a Ucrânia pelas forças da Federação Russa eram uma violação da Lei Internacional e iam contra as concordâncias do NRC.

Em 2016, após a Cimeira de Varsóvia, Stoltenberg (2016a), no comunicado final da cimeira, refere que “Desde a última Cimeira no País de Gales em 2014, tomámos uma série de medidas para reforçar a nossa defesa coletiva (...) existe um arco de insegurança e instabilidade ao longo da periferia da OTAN e para além dela. A Aliança enfrenta uma série de desafios e ameaças de segurança que se originam tanto do Leste como do Sul; De atores estatais e não estatais; De forças militares e de organizações terroristas, e ameaças cibernéticas ou híbridas.(...)As ações agressivas da Rússia, incluindo atividades militares provocadoras na periferia do território da OTAN e a sua vontade demonstrada de atingir objetivos políticos através da ameaça e do uso da força, são fonte de instabilidade regional, desafiam fundamentalmente a Aliança, danificam a segurança euro-atlântica e ameaçam o nosso objetivo de longa data de uma Europa integra, livre e em paz.”.

A OTAN, no mesmo comunicado, demonstra o apoio e disponibilidade para continuar o diálogo e a cooperação/parceria com os Estados-Membros da região do Mar Negro, como é o caso da Ucrânia, no sentido de garantir a segurança e a estabilidade na região. (NATO, 2016a)

Atualmente, a OTAN pretende implementar as *Adaptation Measures*, como por exemplo, melhorar a *NATO Response Force* (NRF), aumentando sua prontidão e ampliando substancialmente a sua dimensão, tornando-a numa força conjunta mais capaz e flexível composta por um elemento terrestre com componentes aérea, naval e de operações especiais. Desde 2015, foi criada a *Very High Readiness Joint Task Force* (VJTF), capaz de estar pronta a atuar em dois a três dias, encontrando-se permanentemente em *standby*. Também a adoção de uma estratégia sobre o papel da OTAN na *Countering Hybrid Warfare*, a qual está a ser implementada em coordenação com a UE (NATO, 2016a) enquadra-se nas *Adaptation Measures*.

Stoltenberg (2016) , logo após a Cimeira de Varsóvia em 2016, afirma que na OTAN “Não queremos confronto, não procuramos confronto, mas temos que responder quando



observarmos uma Rússia mais assertiva agindo da forma como operaram na Ucrânia e também com a concentração militar junto das fronteiras da OTAN.”

2.2. UE

Os maiores importadores de energia em todo o mundo são países da UE, apresentando uma dependência alta do exterior, sensivelmente 84% do petróleo e 64% do gás natural que consomem. A Federação Russa, como principal fornecedor destes países, é um ator com o qual a UE possui uma ligação permeável a tensões, com possível impacto nas importações de energia, servindo o território ucraniano de trânsito no transporte para a maioria dos países da UE. (Viana, et al., 2014)

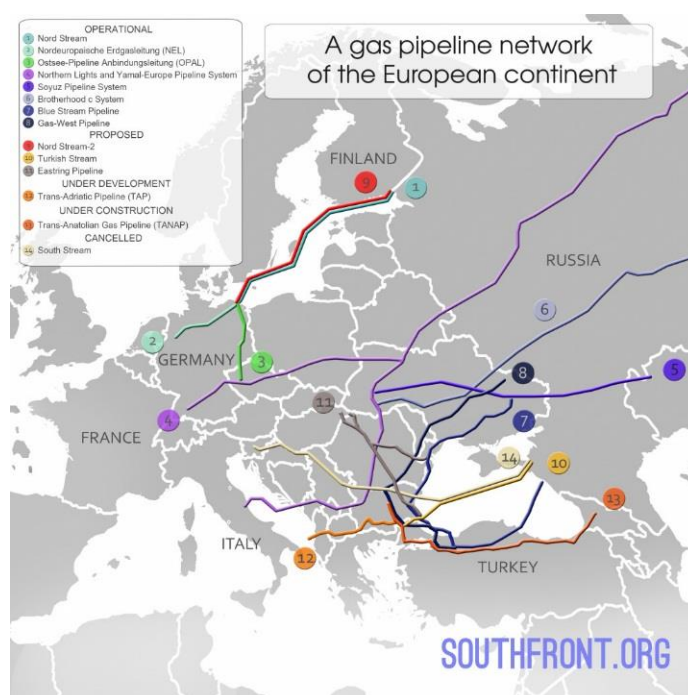


Figura 4 - Nord Stream 2 a indicado a vermelho

Fonte: (Southfront, 2015)

Para conseguir obter uma interpretação da dinâmica de poder geopolítica do mercado mundial de gás natural, alguns autores procederam à construção de um modelo resultante da miscelânea de diversos conceitos de Mackinder, Mahan, Spykeman e Cohen, conforme a Figura 5. (Eiras, et al., 2015)

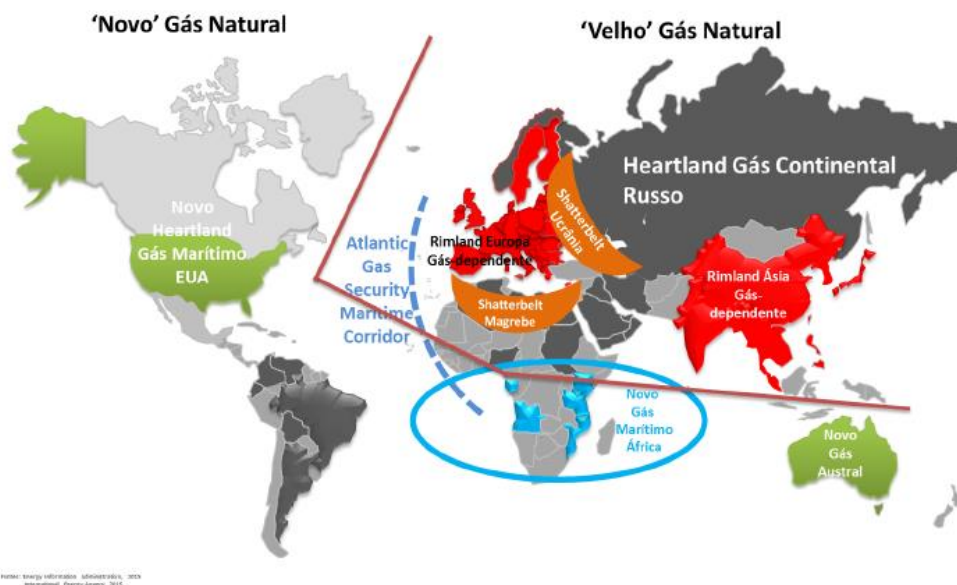


Figura 5 - Mapa geopolítico das grandes interdependências regionais do comércio do gás natural

Fonte: (Eiras, et al., 2015)

Foram utilizadas duas terminologias que demonstram a atual dinâmica do comércio do gás natural: o “Velho” Gás Natural e o “Novo” Gás Natural. (Eiras, et al., 2015)

“Velho” Gás Natural está assente no comércio terrestre de gás natural tradicional/*onshore*, o qual é fornecido sobretudo por *pipeline*, constituída pelo domínio da mesorregião *Heartland* (Rússia). Resulta assim uma dependência do mercador consumidor face ao produtor e vice-versa. Como exemplo temos a dependência excessiva do UE face à Rússia, a qual ambiciona aumentar esse poder, ampliando a dependência energética do *Rimland Europeu*, através da criação de um *Southstream*⁴ e da desestabilização política de um *chokepoint* chamado Ucrânia, criando um *shatterbelt* no território ucraniano. Segundo esta teoria, para além do *shatterbelt* ucraniano, existe ainda o *shatterbelt* decorrente da instabilidade estimulada pela “Primavera Árabe” e pela participação da Gazprom na produção do gás argelino, que fornece a Península Ibérica, França e Itália por gasodutos terrestre-submarinos. Desta forma a UE, relativamente ao gás natural, está rodeada por dois *shatterbelts*, e ambos dependentes da Rússia. (Eiras, et al., 2015)

Como concorrente, o “Novo” Gás Natural vindo principalmente dos EUA e da África Subsariana por via marítima, no chamado transporte não convencional/*offshore*, tem tendência a crescer, sendo os EUA o seu principal produtor e exportador.

Segundo a teoria, os EUA são designados por “Nova *Heartland* do Gás Natural”, possuindo grande massa continental e acessibilidade a dois oceanos que, para conseguir ter

⁴ Gasoduto a ser construído pela Rússia para fornecer gás natural aos países da Europa pelo sul.



sucesso no mercado do gás natural, depende da via marítima para aumentar as suas exportações. A África Subsariana, onde se encontram países como a Nigéria, Angola e Moçambique, têm o mesmo problema dos EUA no transporte marítimo do gás, e igualmente dependentes do crescimento do mercado de Gás Natural Liquefeito (GNL) e da sua otimização tecnológica. Resumindo, dependem do decréscimo dos custos de transporte e de transformação. (Eiras, et al., 2015)

Conforme refere o estudo da Fundação Luso-americana (2015), segundo a *International Energy Agency* (IEA), o GNL poderá ter um preço médio de 11 dólares por MMBtU⁵ quando chegar aos países da Europa Central, por seu lado a Rússia consegue comercializá-lo atualmente a 9 dólares por MMBtU. No entanto, “face ao risco geopolítico que o abastecimento russo coloca à Europa, a decisão política terá de balancear o preço ligeiramente menos competitivo das alternativas norte-americanas e africanas, face ao risco de segurança de abastecimento colocado pela atitude beligerante da Rússia.”.

Nos últimos anos, a UE tem vindo a adotar medidas concretas para combater o monopólio do gás russo, em particular através da Estratégia Europeia para a Segurança Energética de Maio de 2014, da Estratégia da União da Energia de Fevereiro de 2015 e das conclusões do Conselho da UE sobre a Diplomacia Energética de Julho de 2015, os quais apontam para a adoção de uma posição comum a qualquer terceiro fornecedor, evitando interrupções no fornecimento energética. A UE pretende assim, diversificar os fornecedores e rotas de gás, criando um mercado energético comum, mais integrado e apoiado mutuamente pela Europa. Desta forma, espera desenvolver uma política energética baseada na segurança, na diversificação e na liberalização. (Munteanu & Sarno, 2016)

2.3. Rússia

Conforme refere Reis Rodrigues citando Tim Marshall (2016), “o caso do conflito ucraniano, em função da perceção russa de que a inserção da Ucrânia na esfera ocidental da UE ou OTAN iria constituir uma ameaça existencial, em duas dimensões decisivas para a sua segurança e estatuto de grande potência. A perda do efeito de tampão que a Ucrânia garante na chamada planície nordeste europeia”.

Para compreender melhor a nova postura Russa, deveremos recapitular um episódio do passado, a Conferência de Yalta que, em 1945, resolveu uma série de questões e foram reconhecidas as vitórias do Exército Vermelho na 2ª Guerra Mundial, as quais deram à

⁵ 1 MMBtU = 28.263682 m³ de gás natural



União Soviética o direito de ser tida em conta como igual, nas deliberações relativas às questões do SI. Este é o *status* que Vladimir Putin tenta restaurar. (Sakwa, 2015)

Desde 2012, que Putin (2005) direciona esforços para que a Rússia volte a ter influência no SI, através de ações firmes e concretas, estimulando as massas através da propaganda e dos seus discursos.

2.3.1. Estratégia económica russa através do instrumento energia

A Rússia tem igualmente utilizado a energia como um instrumento na sua estratégia económica e desta forma voltar a ter relevância no SI.

Segundo Rodrigues Viana (2014) que refere que “A Rússia tem na energia um setor em que é patente a relevância internacional da sua centralidade euro-asiática, já que pode vender petróleo e gás natural, quer ao continente europeu, quer à Ásia-Pacífico, nomeadamente à China.”.

Em 2000, Vladimir Putin colocou em prática um tipo de estratégia económica ofensiva, utilizando os seus diversos recursos energéticos. Após os ganhos do petróleo, Putin adquiriu estatuto e deixou de subsidiar as exportações de energia para as ex-repúblicas soviéticas, procurando igualmente cobrar as dívidas da era soviética aos ex-clientes de Moscovo no Médio Oriente e em África. Com esta postura a Rússia quis demonstrar ser uma das Grandes ou Médias Potências do Mundo, possuindo à época uma influência mundial ainda limitada, mostrando através de Putin uma ambição global, mas ainda sem a respetiva capacidade e, como refere Trenin (2011), “O poder energético da Rússia é às vezes comparado ao seu arsenal nuclear. (...) na realidade, a Rússia é extremamente dependente de apenas um fator - o preço do petróleo - e, portanto, é vulnerável às suas flutuações.”

Em 2008/09, a crise económica mundial afetou fortemente a Rússia, mais que qualquer outra grande economia, contribuindo para que, em 2009, o PIB russo caísse cerca de dez pontos percentuais.

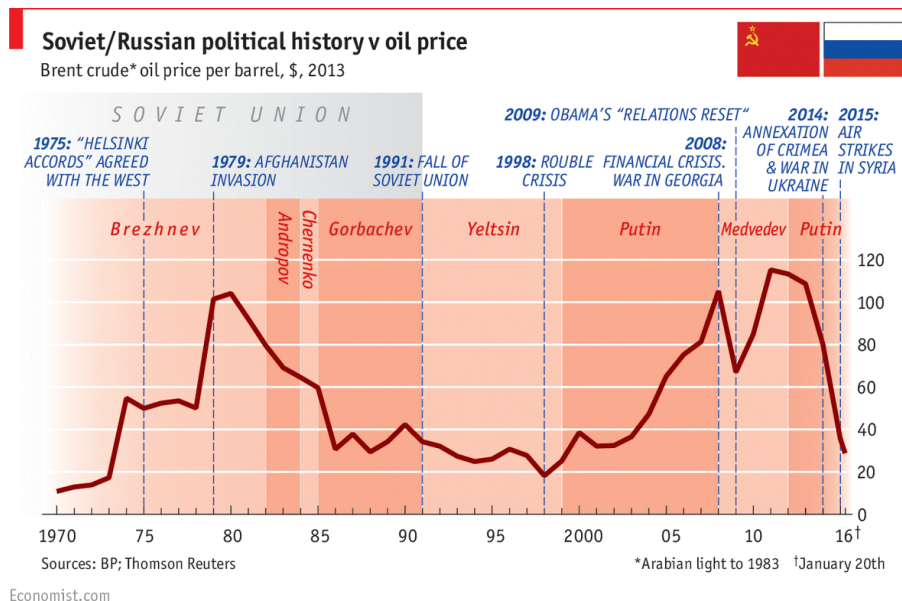


Figura 6 – Preço do petróleo vs. história política Soviética/Russa

Fonte: (The Economist, 2016)

O petróleo não é o único recurso energético utilizado pela Rússia para impor a sua estratégia económica, sendo igualmente o gás natural uma “arma”. No caso da Ucrânia, esta é uma das principais dificuldades que tem que enfrentar.

Em abril de 2014, o presidente russo Vladimir Putin declarou, em carta aberta aos líderes europeus, que enfrentavam um risco crescente de uma nova crise no fornecimento de gás. Moscovo ameaçou cortar o fornecimento de gás à Ucrânia caso não recebesse um pré-pagamento. Para se ter noção da importância desta questão, mais de 86 bilhões de metros cúbicos do gás exportados para a Europa, são realizados pela empresa Gazprom, e passaram pela rede de gasodutos da Ucrânia em 2013 (cerca de metade da totalidade). (Umbach, 2014)

Com a utilização destas “armas” económicas, Putin teve como objetivo abalar a coesão nacional da Ucrânia, limitar o desenvolvimento e a aplicação das capacidades daquele país, isolando-o e reduzindo-lhe a liberdade de ação. (Balzer, et al., 2013)

Com esta atitude, a Rússia provocou instabilidade financeira na Ucrânia e, externamente, uma perturbação nos mercados da UE. Pelas palavras do secretário de energia britânico, Ed Davey, a UE deveria iniciar "um processo de desarmamento para evitar que a energia seja usada como uma arma no futuro". (Koranyi, 2014)

Para garantir a totalidade do mercado do gás natural fornecido à Europa, a Gazprom, sendo o maior produtor e um dos principais exportadores de gás natural, investiu no continente africano, mais propriamente na Argélia. Ali, a Gazprom desenvolveu um campo



de exploração de petróleo e gás em Al-Assel no leste do país, em cooperação com a *Argélia Sonatrach*, sendo, já em 2006, a maior produtora de gás natural de África e a segunda maior produtora de petróleo depois da Nigéria. (Daly, 2014)

Esta ideia fica ainda reforçada com Charles-Phillipe David em “A Guerra e a Paz”: “(...) algumas sanções económicas são destituídas de sentido, porque não prejudicam (antes ajudam) a sobrevivência do regime”.

2.3.2. Estratégia militar russa através de uma nova doutrina

“Para qualquer Estado, o propósito do investimento no poder militar serve para atingir objetivos políticos.” (Rogovoy & Giles, 2015)

Vladimir Putin nunca escondeu a sua ambição de conduzir a Rússia à hegemonia mundial e de reafirmar o seu poder através dos meios militares treinados e testados, bem como utilizando novas noções de *soft power*. (Rogovoy & Giles, 2015)

A Rússia tem gradualmente aumentado as tentativas de aproximação e confronto político com os países que no passado constituíam a URSS, conforme mostra a Figura 7, mais precisamente os que faziam parte do Pacto de Varsóvia.



Figura 7 - Fronteira da Ex-URSS

Fonte: (Young, 2015)

Ao longo dos últimos anos a Rússia é acusada de realizar operações não convencionais, nos países anteriormente pertencentes à URSS, como foi exemplo o ataque informático à Estónia em 2007, tentando desta forma destabilizar e evitar a expansão da OTAN e da UE. Para a Rússia esta expansão ocidental constitui uma ameaça para o seu



território, como refere o documento da Doutrina Militar da Federação Russa (2010). (Maldre, 2016)

O atual projeto de transformação do instrumento militar russo ainda enfrenta desafios significativos, contudo demonstrou na Geórgia, em 2008 e na Ucrânia em 2014, que o instrumento militar é uma ferramenta política válida para atingir os objetivos da política externa. A Ucrânia, em particular na Crimeia, é um exemplo brilhante de como a existência de uma grande força militar pode ser efetivamente combinada com aspetos da guerra irregular para alcançar esses objetivos. (Rogovoy & Giles, 2015)

Em 2008, a Rússia usou um conflito partidário na Geórgia para a invadir e reafirmar a sua influência. De seguida voltou a sua atenção para a Ucrânia, onde, após um interregno pró-oeste, iniciado com a Revolução Laranja de 2004, um governo pró-russo assumiu o poder depois de 2010. (Rice, 2016)

Como refere Selhorst (2016), “os analistas ocidentais concentraram-se nas diferentes formas de operação que a Rússia usou para atingir seus objetivos: forças cibernéticas na Estónia, forças convencionais na Geórgia e forças de operações especiais na região da Crimeia na Ucrânia, com a utilização dos conhecidos *Little Green Man*.” Estas ações decorrem “da implementação da doutrina “Gerasimov” do general Valery Gerasimov, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Russas” e principal estratega militar russo. (Martins, et al., 2015)

Para Gerasimov (2013), a tendência do século XXI assenta na chamada guerra não declarada, isto é, a ocorrência de conflitos armados, incluindo aqueles associados às chamadas “Revoluções Coloridas”, como foram os casos do norte da África e do Médio Oriente através da intitulada “Primavera Árabe”, que confirmam que um estado próspero pode em questão de meses ou mesmo dias transformar-se num teatro de luta armada, para inevitavelmente se tornar numa vítima da intervenção de países estrangeiros, para no final mergulhar no caos, num cenário de guerra civil e num desastre humanitário. As palavras proferidas pelo Ministro russo dos Negócios Estrangeiros, Sergei Lavrov, durante uma conferência, em que acusa os EUA e a UE de uma tentativa de estabelecer mais uma “Revolução Colorida” na Ucrânia, referindo que “As tentativas de impor receitas caseiras para mudanças internas noutras nações, sem levar em linha de conta as suas tradições e características nacionais, para se envolver na exportação da democracia, tem um impacto destrutivo nas relações internacionais e resultam num aumento do número de pontos quentes no mapa do mundo.” (Cordesman, 2014, p. cit. Lavrov)



Em 2014, Putin divulga um documento (2014) onde refere a expansão da OTAN nos países fronteira como sendo uma ameaça externa à sua integridade territorial. Está igualmente identificado nesse documento, o interesse estratégico da consolidação das relações com os países dos BRICS⁶ e o reforço da presença no Ártico. Encontra-se também reconhecida, por parte da Rússia, a existência de conflitos regionais em zonas contíguas à sua fronteira que carecem de resolução, sem que se coloque em causa a integridade do seu território, assegurando-se no direito à defesa do território e dos interesses estratégicos, através da utilização de meios que atente indispensáveis. (Putin, 2014b)

Enquanto os países e organizações militares no Ocidente dedicaram as últimas duas décadas a Operações de *Counterinsurgency*, a Rússia reforçou o seu poderio na vertente da guerra convencional, principalmente o desenvolvimento das suas forças terrestres. Além da reestruturação das forças convencionais, o “novo” modelo de guerra russo é chamado de “híbrido”, “não-linear” ou por vezes de “ambíguo”, sendo que muitos autores referem ter sido desenvolvido pelo General Gerasimov para atingir os objetivos políticos da Rússia. (Rogovoy & Giles, 2015)

A estratégia militar e a utilização de meios militares e não-militares que se envolvem simultaneamente e rapidamente em todos os domínios físicos e de informação, através da aplicação de ações assimétricas e indiretas, poderão não ser assim tão “novos”. Em 2004 já Timothy Thomas (2004) fazia referência às Forças Armadas Soviéticas e agora russas, que há muito estudam o uso do *reflexive control*, particularmente aos níveis tático e operacional, tanto para *maskirovka* (camuflagem), como para *dezinformatsia*⁷ (Desinformação) e, se possível, para controlar os processos de tomada de decisão do inimigo. Por exemplo, o exército russo possuía uma escola militar de *maskirovka* já em 1904, que foi posteriormente dissolvida em 1929. Esta escola, a chamada Escola Superior de *Maskirovka*, forneceu as bases para conceitos *maskirovka* e criou os manuais para as gerações futuras.

Para John R. Haines (2015), a Doutrina Gerasimov aplica os conceitos de *reflexive control* na sua teoria e os conceitos da guerra do século XXI, referidos pelo General Gerasimov. No conflito do leste da Ucrânia, a *dezinformatsia* é o instrumento tecnológico político-militar russo de maior importância. É a componente denominada pelos teóricos

⁶ BRICS é uma parceria económica que compreende os países com as maiores economias em desenvolvimento, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁷ Desinformação é a utilização de técnicas de comunicação e informação que levam ao erro ou a dar uma imagem não verdadeira da realidade. Tem como objetivo influenciar a opinião pública.



russos de “guerra da informação”, a qual corresponde, provavelmente, ao emprego da “força” mais prejudicial neste momento. (Haines, 2015) Gerasimov (2013) descreveu a “guerra da informação” como “meios militares de natureza oculta (...) com o objetivo de manipular informação e exercer influências psicológicas sobre os líderes políticos, militares e população civil de um outro Estado.”

Em geral, na opinião de Gerasimov (2013), cada conflito tem o seu conjunto de regras e, portanto, exige modos e meios únicos, sendo o instrumento militar mais um dos vários instrumentos de poder.

2.4. Síntese conclusiva

Assim, de forma a responder à QD2, “Quais as posturas de alguns dos atores do SI para se afirmarem como atores internacionais, após a Crise na Ucrânia?”, identificou-se que, a expansão europeia da OTAN, nas décadas de 90 e 2000, foi concebida para aumentar o seu poder militar, especialmente face à constante preocupação com a Rússia. Ao adicionar mais aliados às suas forças, obteve mais território para defender, sendo este, agora mais distante do seu centro económico e militar, os EUA e a Europa Ocidental. A OTAN trabalhou, especialmente desde a Crise na Ucrânia, na expansão do seu poder militar na Europa Oriental, mas a defesa desse território ainda é sustentada, em grande parte, pelo princípio da dissuasão. No entanto, de um ponto de vista político, os resultados foram muito bem-sucedidos. Juntamente com a expansão da UE, a OTAN trouxe estabilidade e normas democráticas para acabar com a Europa comunista.

Relativamente à Rússia, a queda da URSS trouxe pouca paz ou estabilidade à população russa. O atual controlo de Putin sobre o sistema russo parece ser tão forte como sempre, mas poderá tornar-se cada vez mais frágil. Para manter a sua posição, precisa de apoio popular, receitas vindas do setor energético, um forte aparato militar e uma elite que não o desafie. O apoio tem aumentado, e mais considerável é o apoio à diáspora russa. As investidas na Ucrânia, na Geórgia e nos países bálticos fazem parte desse nacionalismo. Já a posição assumida contra o Ocidente permite-lhe ter poucas oportunidades de negociação. As forças armadas russas encontram-se num processo de modernização, com a recente mudança de doutrina militar. As sanções económicas e a diminuição das receitas do setor energético são apenas dois fatores que testam os limites do poder de Putin.

Para a UE, a dependência energética para com a Rússia, tem sido um fator de preocupação para a maioria dos países membros. Assim, na questão da segurança energética, eleger a via marítima para o abastecimento de gás natural em prejuízo da via



continental na qual tem persistido nas últimas décadas, implicará, seguramente, estar assente na valorização estratégica dos países da Península Ibérica, como pontos de entrada energéticos. Esta ideia de segurança energética torna-se mais pertinente face aos avanços das empresas russas do ramo energético e das negociações com as explorações dos restantes fornecedores do continente europeu, como é o caso da Argélia.



3. As consequências para Portugal

3.1. Consequências ao nível da estratégia Económica

A crise na Ucrânia fez ressurgir os riscos relacionados com a elevada dependência dos países europeus face ao gás natural russo. Assim, a Península Ibérica, pela sua posição geográfica, poderá ter relevância na receção e trânsito de gás natural para os restantes países europeus, garantindo que o GNL possa ter uma considerável importância. (Eiras, et al., 2015)

Como refere Rodrigues Viana (2014), “Portugal, enquanto ator integrante da bacia energética atlântica – substancialmente valorizada pelo fenómeno norte-americano do *shale gas*⁸ – e interlocutor privilegiado com o espaço geopolítico lusófono – onde ocorreram ultimamente as grandes descobertas de hidrocarbonetos –, poderá utilizar esta realidade como fator multiplicador do seu potencial e tornar-se numa importante plataforma de receção e trânsito de gás natural com destino à Europa. Acresce que poderá capitalizar os seus ativos político-estratégicos, de pertença às comunidades lusófona e europeia, e servir de ponte entre ambos os espaços, através do desenvolvimento de uma “diplomacia energética” dinâmica.”.

Para obter a importância da localização geoestratégica de Portugal na dinâmica de poder geopolítico do mercado mundial de gás natural, deveremos olhar igualmente para o estudo vertido no subcapítulo 2.2. Tendo em consideração a Figura 5, destaca-se assim, a posição de Portugal e o seu potencial estratégico como um dos principais polos para a receção e armazenamento de gás natural para a UE. Assim, deverá realizar esforços diplomáticos no sentido de promover, junto dos EUA e da UE, as suas potencialidades, reforçando a redução da dependência da UE no fornecimento russo. (Granadeiro, et al., 2014)

Neste quadro, a Península Ibérica, a partir do terminal do Porto de águas profundas de Sines, pode tornar o país num relevante polo de gás natural para fornecer o mercado europeu, enquadrado numa rede integrada com os EUA e África. (Granadeiro, et al., 2014)

Para tal, o desenvolvimento das capacidades nacionais de receção, processamento, armazenamento e transporte de gás natural, devidamente encaixadas e adaptadas aos projetos “transpirenaicos” e “intraeuropeus”, são primordiais. Neste sentido, deverá fortalecer a sua ligação às novas origens de gás natural. As descobertas de gás natural de grande vulto aconteceram em espaço geopolítico lusófono, países da CPLP. Esta relação

⁸ *Shale gas* ou gás de xisto, que depois de transformado é designado por GNL



próxima também poderá facilitar as negociações face aos restantes países europeus. (Granadeiro, et al., 2014)

Como refere o estudo da Fundação Luso Americana (2015), “Atualmente a Península Ibérica dispõe de uma capacidade de importação de GNL cinco vezes superior às suas necessidades, pronta a ser usada para substituir 20% das importações europeias da Rússia (o equivalente a dois terços do gás importado pela Ucrânia), mitigando significativamente o inerente risco geopolítico.”

Para além do referido anteriormente, a capacidade instalada e que não é utilizada pelos terminais de GNL da Península Ibérica correspondeu, em 2014, a cerca de 56.200Mm³ de gás natural, o equivalente, ao gás russo importado em 2014 pela Alemanha pelo *Nord Stream*.

Já em 2014, o Presidente da República, Professor Cavaco Silva (2014), referia durante uma reunião em Braga com líderes europeus, “o abastecimento de gás ao centro e Leste da Europa deve passar a ser feito através da Península Ibérica.” Cavaco Silva aponta esta solução como alternativa às atuais fontes de abastecimento provenientes da Rússia e também reforçada pelo Presidente da República da Polónia, Bronislaw Komorowski, na mesma reunião (2014), que está na altura de “abrir no mercado uma maior competitividade. Isto numa altura em que a Europa atravessa uma crise na Ucrânia, com fortes penalizações dos países do leste da Europa dependentes do gás russo.”

3.2. Consequências ao nível da estratégia Militar

Enquadrando a estratégia militar em Portugal, teremos que fazer referência ao Conceito Estratégico Militar (CEM). O CEM, revisto em 2014, teve em conta “a adoção do novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN), de abril de 2013, fundamentalmente, as análises e orientações nele incluídas, quanto ao ambiente e enquadramento da atuação, missões e capacidades das Forças Armadas, determinaram a atualização do Conceito Estratégico Militar (CEM) a qual recolheu ainda orientação política na RCM n. °26/2013 – “Defesa 2020”.” (Ministério da Defesa Nacional, 2014)

Portugal, para dar resposta aos compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa, através de Forças Nacionais Destacadas (FND), constituídas ou a constituir, para emprego sustentado, por períodos de seis meses, conforme o novo modelo para a Defesa Nacional “Defesa 2020”. (Ministério da Defesa Nacional, 2013)



No CEM, encontram-se descritos os conjuntos de forças e meios, os Objetivos Estratégicos Militares, nos quais a participação em operações no âmbito da segurança cooperativa está identificada. (Ministério da Defesa Nacional, 2014)

Como consequência da crise na Ucrânia, a OTAN através de uma série de atividades terrestres, navais e aéreas, no e ao redor do território dos Aliados na Europa Central e Oriental, concebeu *Assurance Measures*, tendo sido resultado direto das ações agressivas da Rússia na Ucrânia. (SHAPE NATO, 2014)

O empenhamento de Portugal nas atividades *Assurance Measures*, tem sido constante. A título de exemplo, em 2016, 108 militares do Regimento de Artilharia Nº4, da Brigada de Reação Rápida, constituíram a bateria de artilharia ligeira da *Assurance Measures 2016* na Lituânia. Para o Ministro da Defesa (2016), “o envio desta força para a Lituânia é a afirmação de um compromisso, da unidade da Aliança Atlântica num desígnio com o qual somos solidários”.

Ainda em 2016, a Fragata Álvares Cabral integrou a *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG1), durante quatro meses, garantindo a manutenção de uma capacidade naval permanente. (Ministério da Defesa Nacional, 2016b)

Em 2015, existiu igualmente o empenhamento de meios militares em apoio à OTAN: através da presença terrestre na Lituânia; na Roménia, durante dois meses, quatro aeronaves F-16 e 91 militares no reforço do policiamento aéreo; no mar a SNMG1, sob o comando do Contra-almirante Alberto Silvestre Correia, a bordo da fragata D. Francisco de Almeida, que mereceram as palavras reconhecimento do Ministro da Defesa. (Lopes, 2015)



Figura 8 - Participação Nacional em Missões Internacionais



Fonte: adaptado de (EMGFA, 2017)

Conforme refere o Ministro da Defesa (2016, p. 7), “o ressurgimento de uma ameaça a leste exige que demonstremos a nossa determinação e demonstremos firmeza na defesa do *status quo* do pós-Guerra-Fria, designadamente da integridade territorial e da soberania da Ucrânia”. Face aos acontecimentos no leste europeu refere (2016) que “Portugal continuará a defender a ponderação e o equilíbrio – não se confunda firmeza com escalada – sustentando que a linguagem relativa à Rússia se mantenha tanto quanto possível “construtiva”, nunca fechando portas a um diálogo com Moscovo”.

3.3. Síntese conclusiva

Assim, de forma a responder à QD3, “Quais as consequências para Portugal tendo em consideração a crise na Ucrânia?”, foi possível concluir que Portugal poderá, ao nível da sua estratégia económica, mais concretamente no setor energético do gás natural fornecer à UE a segurança energética e a necessária independência da Rússia, utilizando o Porto de Sines para o armazenamento e regaseificação do GNL, oriundo de outros fornecedores, fomentando uma maior competitividade. Entre os possíveis mercados de exportação de GNL, Portugal parte em vantagem relativamente a outros países europeus, tanto pela sua privilegiada localização geográfica, como pela sua ligação com os países fornecedores, pois a maioria pertencente à CPLP. Relativamente à localização geográfica, o Porto de Sines é um dos pontos estratégico para este investimento, pois ali convergem os mercados americano e africano, e através de uma ligação Sines-França, o país poderá distribuir para os países europeus, mitigando a dependência russa.

Relativamente às consequências ao nível da estratégia militar, tem existido uma maior participação das forças aliadas no Leste europeu, tendo as Forças Armadas Portuguesas participado e cumprido com as exigências e os compromissos com a OTAN. Desta forma, Portugal deverá garantir o cumprimento do conceito estratégico determinado superiormente, através do emprego dos seus meios e pessoal militar.



Conclusões

Para se poder identificar a influência que a crise na Ucrânia poderá desempenhar no Sistema Internacional, tendo em conta o conceito de geoestratégia e a definição das estratégias militar e económica dos principais atores internacionais envolvidos e as consequências para Portugal, foram estudados vários aspetos relacionados com este problema, para enquadrar a investigação. Nesse sentido, foram identificados os recursos e a mentalidade da postura russa e identificadas as suas estratégias militar e económica, e como elas são dirigidas para os seus objetivos políticos, perante a ameaça das estratégias militar da OTAN e a económica da UE. Em relação à OTAN e à UE, foram identificadas as suas atitudes e as respetivas estratégias em relação à posição da Rússia na crise ucraniana.

Assim, de forma a responder à QC, “Em que medida a crise na Ucrânia, na sequência da Anexação da Crimeia e conflitos no Leste do seu Território, poderá funcionar como um catalisador específico para a transformação do atual Sistema Internacional?”, foi verificado que foi exequível identificar que, pela ação na Ucrânia a Rússia tem como principal objetivo político a recuperação do estatuto de Grande Potência. Para que o possa alcançar, precisa que OTAN e a UE não controlem totalmente o SI. Assim, necessita de continuar a demonstrar que, junto das suas fronteiras, estas organizações não terão a vida facilitada e, no caso da UE, a sua dependência energética é uma realidade. Os russos têm de assumir que o interesse da UE e OTAN, na criação de um regime pró-Occidental tem um propósito para além da Ucrânia. Do ponto de vista russo, não só perderam uma “zona-tampão” crítica, mas as forças ucranianas treinadas pela OTAN e hostis à Rússia, deslocaram-se para junto da sua fronteira. O fato de este cenário deixar a Rússia numa posição insegura, significa que os russos não são suscetíveis em deixar a questão ucraniana como está. A Rússia não tem a opção de assumir que o interesse do Ocidente na região trás boas intenções. Do mesmo modo, o Ocidente não pode assumir que a Rússia, caso reclame a Ucrânia, possa parar por aí. Portanto, trata-se do caso clássico em que duas forças assumem o pior cenário uma da outra, mas a Rússia ocupa a posição mais fraca, tendo perdido o primeiro nível da Península Europeia. A questão principal é a fronteira ocidental, e a Ucrânia é a última que divide a Rússia da Europa.

No que concerne à estratégia económica, é um facto que a economia russa, com base nas exportações de energia, tem graves problemas, dada a queda do preço do petróleo e os sucessivos atrasos na construção dos gasodutos no norte e sul da Europa. Por outro lado,



deram aos russos a necessidade de procurar outras formas de continuar a dominar o setor energético na Europa. Por sua vez, cabe à UE trabalhar no seu conceito de segurança energética, aproveitando outros fornecedores no setor energético, fomentando assim a diversificação e a competitividade no setor. É neste contexto, que Portugal poderá tirar proveito, no sentido de se tornar num importante recetor e distribuidor no setor energético do gás natural. Assim, através de uma estratégia económica bem delineada poderá promover um aumento do seu poder económico através da sua posição geoestratégica utilizando o instrumento energético.

A OTAN através das *Assurance Measures*, como meio de dissuasão, está a precaver-se. Consequentemente, Portugal tem compromissos para com a Aliança, vindo a cumpri-los quando é solicitado, através das FND, cumprindo com o definido no CEM de 2014.

Em suma, o impacto da Crise na Ucrânia, na estratégia militar da OTAN e na estratégia económica da UE serviu de catalisador específico para a contínua transformação do atual SI. Provocou alterações geoestratégicas no emprego, disposição e edificação dos meios militares e demonstrou as fragilidades que existia nestas duas organizações, no âmbito da sua afirmação como atores internacionais. No caso da OTAN, a redefinição da sua estratégia militar face à proximidade dos países aliados à Rússia versus o investimento na defesa por parte dos aliados. No caso da UE, a sua estratégia económica deverá ser focada no setor energético, garantindo assim a segurança energética.

Estas duas organizações, trouxeram consequências para Portugal, que terá de demonstrar perseverança para lutar pelos seus interesses na e para com a UE, na questão do setor energético. Deverá igualmente, garantir a presença militar nos teatros operacionais, cumprindo assim com os compromissos com a OTAN, efetivando também as modernizações necessárias para que as Forças Armadas possam estar presentes quando solicitadas.

Dito isto, considera-se que, no essencial, foi dada resposta à QC, e atingido o OG do presente trabalho.



Bibliografia

Aron, R., 1966. *Peace and War: A Theory of International Relations*. 1º ed. New Jersey: Transaction Publisher.

Aslund, A., 2013. *PIIE*. [Em Linha] Disponível em: <http://blogs.piie.com/realtime/?p=4162> [Acedido em 27 12 2016].

Autor, 2017. *Autor*. Lisboa: s.n.

Balzer, H. et al., 2013. *POLITICS AND ECONOMICS IN PUTIN'S RUSSIA..* 1º ed. Carlisle: SSI.

Bandow, D., 2015. *Ukraine Wants To Join NATO And Fight Russia: U.S. Must Say No And Make Alliance An Issue of Security, Not Charity*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/dougbandow/2015/01/22/u-s-should-stay-out-of-the-russo-ukrainian-quarrel-a-bakers-dozen-reasons-why-the-conflict-in-ukraine-is-not-americas-business-part-one/4/> [Acedido em 02 03 2017].

BBC News, 2014. *BBC News*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-26368479> [Acedido em 17 12 2016].

Blank, S. J., 1997. *NATO ENLARGEMENT AND THE BALTIC STATES: WHAT CAN THE GREAT POWERS DO?.* 1º ed. Carlisle: Strategic Studies Institute.

Byshok, S., 2016. *The truth about Ukraine*. Rhode Island, Fort Russ.

Conselho de União Europeia, 2013. *Eastern Partnership: the way ahead*. Vilnius, Concelho de União Europeia.

Cordesman, A. H., 2014. *Center of Strategic & International Studies*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russia-and-%E2%80%9Ccolor-revolution%E2%80%9D> [Acedido em 17 12 2016].

Correia, P. d. P., 2010. *Manual de Geopolítica e Geoestratégia Volume I - Conceitos, Teorias, Doutrinas*. 1ª ed. Coimbra: Edições Almedina, SA.

Couto, A. C., 1988. *ELEMENTOS DE ESTRATÉGIA - VOL. I*. LISBOA: IAEM.

Daly, J., 2014. *Gazprom's Next Acquisition – Algeria?.* [Em Linha] Disponível em: <http://oilprice.com/Energy/Natural-Gas/Gazproms-Next-Acquisition->



Algeria.html

[Acedido em 02 03 2017].

Departamento de Defesa dos EUA, 2017. *DOD Dictionary of Military and Associated Terms*. [Em Linha]

Disponível em: http://www.dtic.mil/doctrine/new_pubs/dictionary.pdf

[Acedido em 02 04 2017].

Dragneva, R. & Wolczuk, K., 2016. Between Dependence and Integration: Ukraine's Relations With Russia. *Europe-Asia Studies*, 68(Between Dependence and Integration: Ukraine's Relations With Russia), pp. 678-698.

Eiras, R. et al., 2015. *A nova diplomacia energética do gás natural dos EUA no espaço Atlântico: perspetivas geopolíticas sobre o TTIP, o Tratado da Carta da Energia e a CPLP*. Lisboa, Fundação Luso-Americana.

EMGFA, 2017. *Participação Militar em Missões Nacionais de Interesse Público e Missões no Estrangeiro*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/partnac/>

[Acedido em 21 03 2017].

Federação Russa, 2010. *Doutrina Militar da Federação Russa*. [Em Linha]

Disponível em: <http://kremlin.ru/supplement/461>

[Acedido em 18 12 2016].

Fernandes, H., 2016. *As Novas Guerras: O Desafio da Guerra Híbrida*. 1º ed. Lisboa: Revista de Ciências Militares.

Finn, P., 2004. *Washington Post*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A58049-2004Dec11.html>

[Acedido em 27 12 2016].

Fisher, M., 2013. *This one map helps explain Ukraine's protests*. [Em Linha]

Disponível em: https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2013/12/09/this-one-map-helps-explain-ukraines-protests/?utm_term=.5526e72c2e2f

[Acedido em 14 06 2017].

FPRI, 2016. *In Europe's Shadow: Two Cold Wars and a Thirty-Year Journey Through Romania and Beyond*. [Em Linha]

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R_RL_xbss8A

[Acedido em 19 01 2017].



FPRI, 2016. *In Europe's Shadow: Two Cold Wars and a Thirty-Year Journey Through Romania and Beyond*. [Em Linha]

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R_RL_xbss8A
[Acedido em 26 fevereiro 2016].

France24, 2013. *France24*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.france24.com/en/20131121-ukraine-halts-eu-trade-deal-tymoshenko-association-agreement>
[Acedido em 27 12 2016].

Friedman, G., 2016. *Business Insider*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.businessinsider.com/10-maps-that-explain-russias-strategy-2016-1/#russia-is-almost-landlocked-1>
[Acedido em 11 1 2017].

Gerasimov, V., 2013. O valor da ciência em antecipação. *VPK-News*, 27 02.

Gladwell, M., 2010. GEOPOLÍTICA: A CAMINHO DE UM MUNDO MULTIPOLAR. In: A. -. A. T. e. V. d. Portugal, ed. *Vestindo o Futuro Microtendências para as indústrias têxtil, vestuário e moda até 2020*. Lisboa: ATP - Associação Textil e Vestuário de Portugal, pp. 20-75.

Goncharenko, R., 2014. *Titushki - the Ukrainian president's hired strongmen*. [Em Linha]

Disponível em: <http://p.dw.com/p/1BBjy>
[Acedido em 25 11 2016].

Granadeiro, A. et al., 2014. *O Impacto no Risco Geopolítico da Segurança Energética da UE do 'Shale Gas' dos EUA e do Gás Natural Africano Oportunidades Para Portugal*. Lisboa, Fundação Luso-Americana.

Haines, J. R., 2015. *Russia's Use of Disinformation in the Ukraine Conflict*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.fpri.org/article/2015/02/russias-use-of-disinformation-in-the-ukraine-conflict/>
[Acedido em 14 02 2017].

Herszenhorn, D. M., 2014. *The New York Times*. [Em Linha]

Disponível em: https://www.nytimes.com/2014/01/27/world/europe/ukraine-protests-spread-as-overture-is-spurned.html?_r=1
[Acedido em 27 12 2016].



Hickman, K., 2015. *World War II: Yalta Conference*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.thoughtco.com/world-war-ii-ylta-conference-2361499> [Acedido em 14 01 2017].

Holcomb, F., 2016. *The Order of Battle of the Ukrainian Armed Forces*. [Em Linha] Disponível em: <http://www.understandingwar.org/backgrounders/order-battle-ukrainian-armed-forces> [Acedido em 18 02 2017].

IESM, 2015. *ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA A ELABORAÇÃO DE TRABALHOS DE INVESTIGAÇÃO*. s.l.:IESM.

IESM, 2015. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação*., Lisboa: IESM.

IFES, 2014. *Public Opinion in Ukraine*. [Em Linha] Disponível em: https://www.ifes.org/sites/default/files/2014_ukraine_survey_presentation_slides_english_1.pdf

[Acedido em 25 11 2016].

Koranyi, D., 2014. *Transatlantic energy security and the Ukraine crisis*:. [Em Linha] Disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2014/NATO-Energy-security-running-on-empty/Transatlantic-energy-security-Ukraine-crisis/EN/index.htm>

[Acedido em 28 12 2016].

Leite, R., Eiras, R. & Louro, P., 2015. *Exportações de GNL dos EUA e África para a Europa: o desafio económico vs o valor da segurança energética*. Lisboa, Fundação Luso-Americana.

Lopes, A., 2015. *Fragata D. Francisco de Almeida: missão cumprida com "brio" e "competência"*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.defesa.pt/Paginas/FragataDFranciscodeAlmeidamiss%C3%A3ocumpridacombrioecompet%C3%Aancia.aspx>

[Acedido em 11 02 2017].

Lubin, G., 2014. *Business Insider*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.businessinsider.com/crimea-demographics-chart-2014-3>

[Acedido em 29 12 2016].



Luhn, A., 2014. *Russia holds huge military exercises near Ukraine border*. [Em Linha] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/aug/04/russia-military-exercises-ukraine-border>

[Acedido em 14 01 2017].

Maldre, P., 2016. *CEPA*. [Em Linha] Disponível em: <http://cepa.org/The-Russian-Cyber-Threat-Views-from-Estonia>

[Acedido em 20 01 2017].

Marson, J., 2010. *Time*. [Em Linha] Disponível em: <http://content.time.com/time/world/article/0,8599,1954112,00.html>

[Acedido em 27 12 2016].

Martins, M. et al., 2015. *A Crise na Ucrânia*. 1º ed. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Ministério da Defesa Nacional, 2013. *Defesa 2020*. Lisboa: Governo de Portugal.

Ministério da Defesa Nacional, 2014. *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

Ministério da Defesa Nacional, 2016b. *Fragata Álvares Cabral integra força permanente da NATO*. [Em Linha]

Disponível em: [http://www.defesa.pt/Paginas/NRP Álvares Cabral integra FP NATO.aspx](http://www.defesa.pt/Paginas/NRP%20Alvares%20Cabral%20integra%20FP%20NATO.aspx)

[Acedido em 12 03 2017].

Ministério da Defesa Nacional, 2016. *Contingente das Forças Nacionais Destacadas de partida para a Lituânia*. [Em Linha]

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jc2kxxmttLM>

[Acedido em 22 03 2017].

Ministro da Defesa Nacional, 2016. *A Cimeira da NATO em Varsóvia e o novo ambiente de segurança internacional*. [Em Linha]

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uC1PMj-4YCI>

[Acedido em 19 01 2017].

Munteanu, D. & Sarno, C., 2016. *South Stream e Nord Stream 2 - Implicações para a Segurança Energética Europeia*, s.l.: s.n.,

NATO, 2002. *NATO - NRC*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.nato.int/nrc-website/en/about/index.html>

[Acedido em 30 11 2016].



NATO, 2002. *NATO-Russia Council*. [Em Linha]
Disponível em: <http://www.nato.int/nrc-website/en/about/index.html>
[Acedido em 11 12 2016].

NATO, 2016a. *Warsaw Summit Communiqué*. Varsóvia, NATO.

Norberg, J., 2014. *Carnegie Endowment for International Peace*. [Em Linha]
Disponível em:
<http://carnegieendowment.org/2014/03/13/use?of?russia?s?military?in?crimean?crisis?pub?54949>

[Acedido em 17 12 2016].

Ogirenko, V., 2015. *RT*. [Em Linha]
Disponível em: <https://www.rt.com/op-edge/248497-ukraine-law-fascists-nazi-ww2/>
[Acedido em 27 12 2016].

Oliphant, R., 2014. *The Telegraph*. [Em Linha]
Disponível em:
<http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/ukraine/10670547/Ukraine-crisis-Polite-people-leading-the-silent-invasion-of-the-Crimea.html>

[Acedido em 27 12 2016].

Olszański, T., 2012. *The language issue in Ukraine an attempt at a new Perspective*, Varsóvia: OSW.

Otarashvili, M., 2017. *Majalla*. [Em Linha]
Disponível em: <http://eng.majalla.com/2017/03/article55253099/russias-quiet-annexation-south-ossetia-continues>

[Acedido em 19 04 2017].

Poroshenko, P., 2015. *President Poroshenko on MH17 and whether Ukraine is ready to join NATO* [Interview] (18 10 2015).

Putin, V., 2005. *Official Internet Resources of the President of Russia*. [Em Linha]
Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>
[Acedido em 23 3 2017].

Putin, V., 2014b. *Offiziere.ch*. [Em Linha]
Disponível em: <https://www.offiziere.ch/wp-content/uploads-001/2015/08/Russia-s-2014-Military-Doctrine.pdf>

[Acedido em 27 12 2016].

Putin, V., 2014d. *Nova Russia*. Moscovo: Direct Line TV.



Putin, V., 2014. *Military Doctrine of the Russian Federation*. [Em Linha]
Disponível em: http://malaysia.mid.ru/web/embassy-of-the-russian-federation-in-malaysia/press-release/-/asset_publisher/rAwX0ikSv3ua/content/29-06-2015-the-military-doctrine-of-the-russian-federation

[Acedido em 17 12 2016].

Putin, V., 2014. *Official Internet Resources of the President of Russia*. [Em Linha]
Disponível em: <http://en.kremlin.ru/acts/news/47334>

[Acedido em 27 12 2016].

Quinn, D., 2014. *Quinn Diplomacy*. [Em Linha]
Disponível em: <http://new.quinndiplomacy.com/wp-content/uploads/2014/12/Ukraine-election-2010.jpg>

[Acedido em 14 12 2016].

Rádio Renascença, 2014. *Cavaco Silva: alternativa ao gás russo passa pela Península Ibérica*. [Em Linha]

Disponível em: http://rr.sapo.pt/informacao_detalhe.aspx?fid=26&did=163626

[Acedido em 15 02 2017].

Reuters, 2014. *Reuters*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/02/27/us-ukraine-crisis-money-idUSBREA1Q14Q20140227>

[Acedido em 18 12 2016].

Ribeiro, V. A. S., 2009. *Teoria Geral da Estratégia*. Coimbra: Almedina.

Rice, M. J., 2016. *History Departments at The Ohio State University and Miami University*. [Em Linha]

Disponível em:

<http://origins.osu.edu/article/natos?new?order?alliance?after?cold?war/page/0/1>

[Acedido em 17 12 2016].

Rodrigues, A. R., 2016. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*. [Em Linha]

Disponível em:

<http://database.jornaldefesa.pt/estrategias/JDRI%20193%20150616%20geografia.pdf>

[Acedido em 17 12 2016].

Rogovoy, A. V. & Giles, K., 2015. *A RUSSIAN VIEW ON LANDPOWER*, Pennsylvania: Strategic Studies Institute and U.S. Army War College Press.



- Sakwa, R., 2015. *The Nation*. [Em Linha]
Disponível em: <https://www.thenation.com/article/deep-roots-ukraine-crisis/>
[Acedido em 17 12 2016].
- Sasse, G., 2016. *To Be or Not to Be? Ukraine's Minsk Process*. [Em Linha]
Disponível em: <http://carnegieeurope.eu/strategieurope/?fa=62939>
[Acedido em 17 02 2017].
- Seals, C., 2009. *From russification to ukrainisation a survey of language politics in Ukraine*. Los Angeles, The UCLA Journal of Slavic and East/Central European Studies, Volume 2.
- Selhorst, L.-C. A., 2016. Russia's Perception Warfare. *MILITAIRE SPECTATOR*, 22 04, pp. 148-164.
- SHAPE NATO, 2014. *NATO Assurance Measures*. [Em Linha]
Disponível em: <http://www.shape.nato.int/nato-assurance-measures>
[Acedido em 30 03 2017].
- Southfront, 2015. *Nord Stream 2 Is Dividing the EU*. [Em Linha]
Disponível em: <https://southfront.org/nord-stream-2-is-dividing-the-eu/>
[Acedido em 05 12 2016].
- Stoltenberg, J., 2015. *The Secretary General Annual Report 2014*, Bruxelas: NATO.
- Stoltenberg, J., 2016. *Press conference by NATO Secretary General Jens Stoltenberg following the meeting of the NATO-Ukraine Commission at the level of Foreign Ministers*. Bruxelas, NATO.
- StratCom Ukraine, 2016. *Ukrainian army in 2016: stronger than ever*. Kiev: StratCom Ukraine.
- The Economist, 2016. *The Economist*. [Em Linha]
Disponível em: <http://www.economist.com/blogs/graphicdetail/2016/01/red-and-black>
[Acedido em 30 11 2016].
- The Guardian, 2013. *The Guardian*. [Em Linha]
Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2013/nov/21/ukraine-suspends-preparations-eu-trade-pact>
[Acedido em 27 12 2016].
- The Trans-Asian Axis - Forum, 2014. *The Trans-Asian Axis*. [Em Linha]
Disponível em: <http://www.transasianaxis.com/showthread.php?7702-Russian-Invasion->



Of-Ukraine-(Formerly-Democratic-Malaise-Draws-Ukraine-Eastwards)/page14

[Acedido em 29 12 2016].

Thomas, T. L., 2004. Journal of Slavic Military Studies. *Journal of Slavic Military Studies*, 17(Russia's Reflexive Control Theory and the Military), pp. 237-256.

Trenin, D., 2011. *Post-imperium : a Eurasian story*. 1º ed. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace.

Umbach, F., 2014. *NATO REVIEW MAGAZINE*. [Em Linha]
Disponível em: <http://www.nato.int/docu/review/2014/NATO-Energy-security-running-on-empty/Ukrainian-conflict-Russia-annexation-of-Crimea/EN/index.htm>

[Acedido em 27 12 2016].

United States Department of State, 2017a. *1989, A queda do comunismo na Europa Oriental*. [Em Linha]

Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1989-1992/fall-of-communism>

[Acedido em 11 02 2017].

United States Department of State, 2017. *Office of the Historian, Bureau of Public Affairs, USA*. [Em Linha]

Disponível em: <https://history.state.gov/milestones/1937-1945/yalta-conf>

[Acedido em 11 02 2017].

Verhoyantsev, A., 2015. *SVPressa*. [Em Linha]

Disponível em: <http://www.fortruss.com/2015/09/donbasisreasonukrainecantjoinnato.html>

[Acedido em 03 03 2017].

Viana, V. R. et al., 2014. *Portugal, a Geopolítica da Energia e a Segurança Energética Europeia*. Lisboa, Instituto da Defesa Nacional.

WorldBank, 2015. *WorldBank.org*. [Em Linha]

Disponível em:

<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG/countries/UA?display=graph>

[Acedido em 14 2 2017].

Worldpress, 2013. *Worldpress.com*. [Em Linha]

Disponível em: <https://pressall.wordpress.com/2013/12/18/russia-ukraine-documents-signed-thanks-to-putins-political-will-yanukovych/>

[Acedido em 27 12 2016].





Apêndice A — Conceitos

Sistema Internacional – é o “conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra generalizada”. (Aron, 1966)

Geoestratégia – é a “ciência que relaciona a geografia com a estratégia, estuda o conjunto dos fatores geográficos, nos seus aspetos quantitativos e qualitativos, de uma unidade ou grupo político, englobando assim a totalidade dos recursos das regiões envolvidas e as qualidades espirituais da sua população, com vista a atingir os objetivos fixados pela política para serem realizados pela estratégia.” (Correia, 2010)

Crise – Incidente ou situação que envolva uma ameaça para uma nação, seu território, cidadãos, forças militares, bens ou interesses vitais; que se desenvolve rapidamente e cria uma condição de tal importância diplomática, económica, política ou militar que contempla o emprego de forças e recursos militares por forma a atingir os objetivos nacionais. (Departamento de Defesa dos EUA, 2017)

Estratégia - Ciência e arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objetivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo (Ribeiro, 2009, p. 22).

Estratégia Militar - Ciência e arte de edificar, dispor e empregar as Forças Armadas num dado meio e tempo, para se materializarem os objetivos fixados pela política, com recurso à coação (pela aplicação da força militar ou ameaça desta força), de forma a superar problemas e a explorar eventualidades em ambiente de desacordo (Ribeiro, 2009, p. 79).

Estratégia Económica - Ciência e arte de usar, ou ameaçar usar, as forças económicas de uma nação para alcançar os objetivos, utilizando medidas económicas como instrumento estratégico. (Couto, 1988, p. 48)

Defesa Coletiva – É o processo através do qual uma organização ou um conjunto de países se compromete na defesa mútua, no qual é convencionado que um ataque a um dos



países é como se fosse um ataque a toda a organização. É o princípio fundamental do Tratado fundador da OTAN. É o princípio que vincula os Aliados no comprometimento a defenderem-se mutuamente e estabelece um espírito de solidariedade dentro da Aliança Atlântica (FPRI, 2016).

Gestão de Crises – É o processo através do qual uma organização ou um conjunto de países usa para tratar de eventos que ameacem a organização no seu todo ou um dos seus elementos em particular. A Gestão de Crises é uma das tarefas de segurança fundamentais da OTAN. Pode envolver medidas militares e não militares que visam lidar com um conjunto alargado de crises e em toda a sua plenitude (antes, durante e após conflitos) (FPRI, 2016).

Poder – Produto dos recursos materiais (tangíveis) e imateriais (intangíveis), que se integram à disposição da vontade política do agente, e que este usa para influenciar, condicionar, congregar, vencer, o poder de outros agentes que lutam por resultados favoráveis aos seus próprios interesses (Ribeiro, 2009, pp. 29, 30)

Segurança Cooperativa – Conceito no qual a OTAN considera que é afetada e pode afetar desenvolvimentos políticos e de segurança para lá das suas fronteiras. Para esse efeito a Aliança irá empenhar-se ativamente para aumentar a segurança internacional através de parcerias com outros países e organizações internacionais, contribuindo ativamente para o controlo de armamento, não proliferação e desarmamento, e deixando em aberto a possível entrada na Aliança de países europeus que partilhem os mesmos valores (FPRI, 2016).

Reflexive control - é definido como um meio de transmitir a um aliado ou a um inimigo, informações especialmente preparadas para o inclinar a tomar, voluntariamente, a decisão desejada e predeterminada pelo iniciador da ação. (Thomas, 2004)

Counterinsurgency - é a utilização de meios civis e militares destinados a vencer e conter uso organizado de subversão e violência para aproveitar, anular ou desafiar o controlo político de uma região. (Departamento de Defesa dos EUA, 2017)



Chokepoint - Um local ou região de interesse geopolítico (Sequeira, 2014).

Shatterbelt - Segundo Cohen, “são grandes regiões constituídas por Estados desarticulados no seu alinhamento político e que estão amarrados ao conflito de interesses das grandes potências, que competem pelo seu controlo. Estes espaços destacam-se pela fragmentação política e económica que, conjugadas com diferenças culturais, físicas, políticas e até ambientais, tornam os Estados aí existentes bastante heterogéneos.” (Sequeira, 2014)



Apêndice B — Antecedentes da Crise

Ao longo da história da Ucrânia, tem-se constatado que as revoluções que ocorreram não geram quaisquer alterações em prol do país. Por exemplo, em 2004, a Revolução Laranja aparentava dar um novo sentido e a alterações ao país. Nas ruas de Kiev, a população manifestou-se contra o resultado das eleições e contra a corrupção, conseguindo a anulação das eleições, dando origem a novas eleições que elegeram em 2005 Viktor Yushchenko. Com esta vitória o povo ucraniano ganhou otimismo para o futuro e uma aproximação à UE. Mas nas eleições de 2010, Yanukovich, líder pró-russo, tornou-se presidente e a aproximação e influência da Rússia voltou. (Martins, et al., 2015, pp. 3-4)

Voltando atrás na história, entre 1721 e 1917, a Ucrânia esteve sob o controlo do Império Russo, de 1922 a 1991 pela URSS e apenas no principio da década de 90 conseguiu a independência, mas sempre na sombra da política russa e da sua influência na sociedade. (Martins, et al., 2015) De ressaltar que o oeste da Ucrânia apenas foi anexado à URSS em 1940, ajudando a compreender um pouco a atualidade. Muitas são as razões para a instabilidade da Ucrânia, desde a sua independência em 1991. Os governos que passaram contribuíram para uma imagem de completa desgovernação e muito ligados aos interesses da Rússia, interesses defendidos por oligarcas ucranianos que através de um sistema político monopolizado pela corrupção, sempre impediram a constituição de um governo estável e capaz de produzir as reformas político-económicas que o país necessitava para se desenvolver. Uma evidencia foram as eleições ocorridas em 1991, onde o facto de não terem existido alterações significativas na sociedade que levassem a que uma nova ideologia surgisse, mas pelo contrário as políticas do comunismo soviético e os seus representantes continuaram no poder. O primeiro presidente deste novo território independente foi Leonid Kravchuk, de 1991 a 1994, apoiante da centralização do poder, tentou aplicar reformas políticas e económicas, mas sem sucesso, tendo vindo a sofrer com a inflação do início dos anos 90, que levaram o país a eleições. Surgiu Kutchma, que esteve no poder de 1994 a 2005. Envolto em polémicas, tentou aumentar os poderes do presidente no país. Não apresentou nenhuma reforma económica que alterasse o rumo da Ucrânia, levando o país quase à falência. Com este cenário, Kutchma, delegou em Viktor Yushchenko a intenção de negociar com os credores internacionais um empréstimo, de forma a salvar o país. Para revitalizar o setor energético nomeou Yuliya Tymoshenko como Ministra da Energia. As reformas introduzidas por Yushchenko e Tymoshenko, inverteram a situação, trazendo de volta os oligarcas ucranianos aos meandros do poder.



Em 2000, Kutchma, viu o seu nome envolvido na polémica morte do jornalista Gongadze, porém a situação favorável do país ajudou ao esquecimento. (Trenin, 2011)



Figura 9 – Evolução do Território Ucraniano

Fonte: (Byshok, 2016)

Sem que nada o fizesse esperar, Kutchma afasta Yushchenko e Tymoshenko dos seus cargos, chegando mesmo a prender Tymoshenko durante algum tempo. Esta decisão fez com que ambos fundassem os seus partidos, tendo mesmo ganho lugares no parlamento nas eleições de 2002.

Em 2005, é eleito como presidente Viktor Yushchenko, eleições que ficaram rubricadas pela Revolução Laranja, por ser a cor utilizada pelo partido de Yushchenko. Estas eleições ficaram marcadas pelas manifestações do povo ucraniano à primeira votação das eleições, de onde saiu vencedor Yanukovych, acusado de manipulação dos resultados, o que levou o Supremo Tribunal da Ucrânia a marcar novas eleições, presenciadas por observadores internacionais que garantiram a realização de eleições livres e sem quaisquer suspeitas de viciação de resultados. (Dragneva & Wolczuk, 2016)

Yanukovych, através do apoio económico e político russo, criou um ambiente político adverso, dividindo o país em duas facções, a Leste a maioria a favor de Yanukovych e a Oeste a favor de Yushchenko. Deste ambiente político adverso, surgiram alegações do possível envenenamento de Yushchenko e de ameaça aos eleitores. (Finn, 2004)

Através do resultado das eleições e da Revolução Laranja, julgou-se que a Ucrânia impulsionaria o país para a prosperidade, mas não veio a acontecer. Mesmo com um bom crescimento económico a ser registado, ao nível político não se viram alterações ao passado de Kutchma. (Marson, 2010)



Durante a presidência de Yushchenko, a crise económica mundial de 2008 e 2009 fez com que o Produto Interno Bruto (PIB) ucraniano caísse de forma drástica, levando assim o país a uma crise económica. Desta crise económica, a Ucrânia tentou uma estratégia político-económica de aproximação à UE, a qual no futuro viria a falhar com a derrota nas eleições de 2010, que elegeram Yanukovich como presidente da Ucrânia. (Dragneva & Wolczuk, 2016)

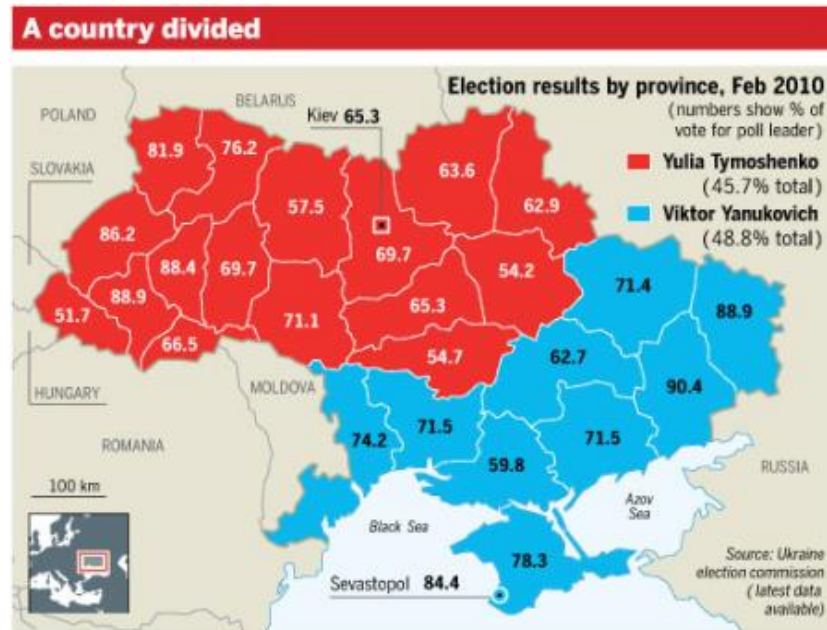


Figura 10 - Eleições presidenciais 2010

Fonte: (Quinn, 2014)

Após a vitória nas eleições, Yanukovich, deu início a alterações que aumentaram o seu poder e encetou manobras para enfraquecer a oposição. A corrupção aumentou e alcançou formas impensáveis. Era controlada por si, pela sua família e por um grupo restrito de pessoas próximas da presidência. (Aslund, 2013).

A economia da Ucrânia sofreu com o aumento da corrupção e a falta de uma estratégia económica que outrora tinha sido recuperada. O PIB da Ucrânia sofreu um rombo de quase 40% em 2013 (WorldBank, 2015), pelo facto de terem supostamente desaparecido dos cofres do Estado cerca de 70 biliões de dólares, levando o país a passar por uma situação económica muito difícil, conforme referido no discurso de 2014 do Primeiro Ministro da Ucrânia Arseniy Yatsenyuk após Yanukovich ter sido destituído. (Reuters, 2014)

Mesmo não mostrando grande vontade, em 2008, Yanukovich iniciou conversações para um acordo com a UE através de uma associação estratégico-económica para auxiliar o país, mas as negociações sofreram um impasse em 2011 face à detenção de Tymoshenko.



Retomadas em 2012, a UE estabelece um conjunto de medidas a serem tomadas pela Ucrânia como forma de voltarem à mesa de negociações, medidas que tocavam em alguns pontos sensíveis, como a questão do processo eleitoral, da constituição e da justiça, as quais imperativamente deveriam ser tomadas até à Cimeira de Vilnius⁹ em finais de 2013, sendo que a medida mais controversa para a presidência da Ucrânia fosse a libertação de Tymoshenko. (France24, 2013) Esta medida controversa foi imediatamente rejeitada pelos parlamentares da Ucrânia, sendo igualmente melindroso acatar as alterações solicitadas pela UE que afetariam e acabavam com o “esquema” montado por Yanukovich, tendo existido bastante discussão sobre estas matérias durante muito tempo, devido a novas exigências e garantias solicitadas pela Ucrânia. Face aos interesses russos na região, a aproximação da Rússia foi imediata, tendo começado a fazer pressão junto da Ucrânia para que não fosse assinado o acordo com a UE, desta forma e face à dependência ucraniana nas importações e exportações de bens e serviços russos, não deixavam muita margem de manobra para os ucranianos negociarem com a UE. Assim sendo, uma das exigências da Ucrânia era a injeção de capital que colmatasse a saída de capital russo no caso de assinarem o acordo de associação à UE.

Outras ameaças deviam-se à provável divisão do país em dois blocos, leste e oeste, e ao aumento do movimento nacionalista a leste. Ponto constante e aliciador da Rússia era a associação da Ucrânia à *Eurasian Economic Community* (EAEC), para que a Ucrânia não deixasse de estar na sua órbita. Por conseguinte, a 21 de novembro de 2013, Yanukovich não quis realmente assinar o acordo durante a Cimeira de Vilnius, levando o povo ucraniano a manifestar-se em Kiev, dando assim início a mais uma crise na Ucrânia. (The Guardian, 2013)

⁹ Cimeira de Vilnius contou com a participação dos Chefes de Estado ou de Governo e os representantes da República da Arménia, da República do Azerbaijão, da República da Bielorrússia, da Geórgia, da República da Moldávia e da Ucrânia, os representantes da União Europeia e os Chefes de Estado que se reuniram em Vilnius, nos dias 28 e 29 de novembro de 2013. O Presidente do Parlamento Europeu e os representantes da Comissão das Comunidades Europeias, o Comité Económico e Social Europeu, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BERD), a Conferência das Autoridades Regionais e Locais da Parceria Oriental (CORLEAP) e a Assembleia Parlamentar Euronest, estavam também presentes. Desta cimeira foi salientada a necessidade crucial de implementar os compromissos acordados, em particular sobre as reformas políticas, económicas e sociais. (Conselho de União Europeia, 2013)



Apêndice C — Dos protestos de Euromaidan à anexação da Crimeia

A 21 de novembro de 2013 “a trajetória pró-europeia foi bruscamente interrompida. A escassos dias de ser assinado um acordo de associação com a UE, Yanukovich recuou face a grande pressão de Moscovo (...) eclodiram protestos de rua em Kiev”. (Martins, et al., 2015)

Em 17 de dezembro de 2013, na tentativa de acabar com as manifestações, os governos russo e ucraniano chegaram a um acordo para terminar com a crise que se vivia, acordo esse que visava a não assinatura do acordo com a UE e em troca a Rússia comprava quinze bilhões de dólares em dívida ucraniana e passava a cobrar metade do valor do gás natural. (Worldpress, 2013)

Um governo de emergência foi constituído após o desaparecimento de Yanukovich da cena política. O facto de fazerem parte do governo de emergência alguns partidos ideologicamente extremistas, geraram um fluxo de propaganda de informação por parte da Rússia. Entre os meios de comunicação que produziam essa propaganda encontrava-se a RT¹⁰. (Ogirenko, 2015)

De referir que os protestos não se cingiram apenas a Kiev e à praça de Maidan, tendo existido igualmente a leste, em Dnepropetrovsk. (Herszenhorn, 2014)

Surge então a questão Crimeia, uma região autónoma no sul da Ucrânia, banhada pelo Mar Negro, doada à Ucrânia por Nikita Khrushchev em 1954, após a última Guerra da Crimeia, mas que sempre foi reclamada por direito pelo povo Tártaro¹¹, que foi expatriado em 1944, após a URSS ter reocupado a região no final da 2ª Guerra Mundial. (Martins, et al., 2015).

Em 2014, a Ucrânia registava mais uma reviravolta na luta contra a crise que assolava o território, com a invasão dos designados *Little Green Men*¹² os quais impuseram a queda do governo da região da Crimeia e a posterior realização de um referendo para a sua anexação à Federação Russa. Por esta altura a região tinha perdido todas as formas de comunicação com o exterior, como por exemplo o controlo dos aeroportos de Sebastopol e

¹⁰ RT é um canal de televisão russo, pertencente ao governo russo, com emissão em inglês, que está no ar a nível global desde 10 de dezembro de 2005. Até 2009 tinha o nome de *Russia Today*, atualmente apenas RT.

¹¹ Tártaro é um grupo étnico que habita na Crimeia, tendo até ao final da Segunda Guerra Mundial sido a maioria da população residente nesta região.

¹² Forças especiais uniformizadas sem insígnias, transportavam armamento e equipamento militar. atuaram como forças de segurança local, para conquistar e controlar as instituições governamentais e posteriormente garantir a região com unidades regulares, anexando formalmente a península. (Fernandes, 2016)



Simferopol, bem como a posse dos depósitos de armamento em Sebastopol. (Oliphant, 2014)

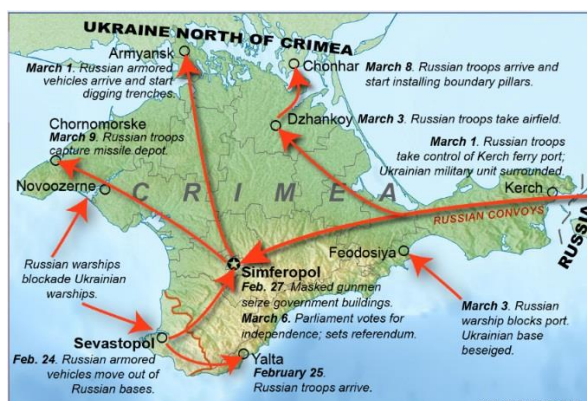


Figura 11 - Mapa da Invasão da Crimeia

Fonte: (The Trans-Asian Axis - Forum, 2014)

A 16 de março de 2014, a Crimeia realizou um referendo para averiguar a disponibilidade da população em anexar-se à Rússia, do qual resultou a vontade de fazer parte da Rússia. Com este resultado, a 21 de março, Vladimir Putin realizou o mais célere processo de anexação alguma vez registado no SI e reconheceu ainda a independência de outros estados, a Abecásia e a Ossétia do Sul. (Otarashvili, 2017)

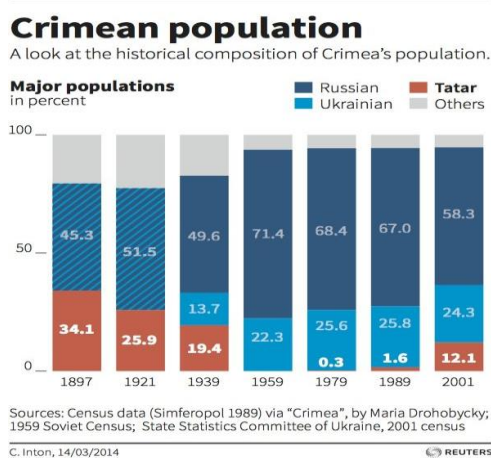


Figura 12 - População da Crimeia

Fonte: (Lubin, 2014)

Após a anexação, Vladimir Putin confirmou a presença de militares russos meses antes na região, com a intenção de defender os interesses da Rússia. Assim, com a anexação consumada, a Rússia viu-se com o problema dos custos. O fornecimento de água, gás, eletricidade e bens essenciais vinham da Ucrânia. A Rússia anunciou o investimento na Crimeia, para a tornar independente da Ucrânia, construindo infraestruturas de ligação e fornecimento de energia russa. Este investimento veio alterar de alguma forma a estratégia económica da Rússia, país que tem vindo a recuperar da crise de 2008. (Norberg, 2014)